C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

152

152

SALVADOR • JANEIRO DE 2007

SEI
Informação a Serviço da Sociedade
www.sei.ba.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
RONALD LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
José Ribeiro Soares
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO
Vera Lúcia Brito

COORDENAÇÃO GRÁFICA
Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2° and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Investimentos industriais previstos no estado da Bahia: uma análise no período 2006-2010
Fabiana Pacheco
Nícia Santos 4

Conjuntura Econômica Baiana 10

Artigos

Setor externo brasileiro: uma análise sob a ótica da inserção externa
Bruno Rodrigues Pinheiro 20

Comportamento setorial do emprego industrial na Bahia – 2002/2006
Carla Janira Souza do Nascimento 28

Investimentos na Bahia

Ampliações concentram 51,5 % dos investimentos industriais previstos 32

Notícias 36

Legislação 38

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 42
Indicadores Sociais 48
Finanças Públicas 58

Carta do Editor

A análise dos fatores subjacentes às mudanças verificadas na economia brasileira nos últimos anos revela um intenso comprometimento dos diversos setores da atividade econômica. Aspectos estruturais e conjunturais modificaram o perfil de um país historicamente agrário-exportador, onde a mão-de-obra requisitada era de baixa qualificação, para um país industrializado, onde o uso da tecnologia passa a estar no centro das atenções.

Nesse aspecto, valorizando esta discussão, a revista Conjuntura & Planejamento (C&P) de nº 152 traz artigos que versam sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho industrial no período de 2002 a 2006, e o processo de inserção externa da economia brasileira no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006. Assim, esta edição contempla artigos como o de Carla Janira Souza do Nascimento - **Comportamento setorial do emprego industrial na Bahia – 2002/2006**; e o trabalho de Bruno Rodrigues Pinheiro- **Setor Externo Brasileiro: uma análise sob a ótica da inserção externa.**

No artigo de Nascimento há uma análise sobre a evolução do nível e da estrutura do emprego no setor industrial do País e do estado da Bahia. O artigo de Pinheiro, por sua vez, apresenta a hipótese do comportamento favorável da Balança de Pagamentos estar relacionado com a conjuntura internacional favorável e a "herança" deixada pelo governo passado.

Assim, mais uma vez a revista Conjuntura & Planejamento busca, por meio de seus artigos, contribuir para enriquecer as discussões acerca das iniciativas e dos fundamentos que regem o crescimento da economia brasileira, bem como da economia baiana, através do destaque ao seu cenário conjuntural. Nesse aspecto, espera-se que os leitores se sintam estimulados a ampliarem os seus conhecimentos sobre o assunto, recorrendo a novas fontes de leitura.

Investimentos industriais previstos no estado da Bahia: uma análise no período 2006-2010

Fabiana Pacheco *
Nícia Santos**

O presente texto faz uma breve análise sobre o desempenho dos investimentos industriais para o estado da Bahia no período de 2006-2010. Para tanto, são mostrados dados referentes aos investimentos previstos, direcionando a análise para os eixos de desenvolvimento econômico. Identificam-se investimentos distribuídos pelo estado, dando ênfase à participação de cada eixo em relação ao total de investimentos previstos. Analisam-se também informações de valor a ser investido, as principais empresas, emprego a ser gerado, além de se destacar os investimentos previstos em biodiesel para a Bahia.

Os investimentos industriais aqui tratados estão inseridos na política industrial baseada na concessão de incentivos fiscais, via programas estaduais. Esta política tem por objetivo atrair empreendimentos que venham a contribuir para dar um maior dinamismo ao setor industrial, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico do estado.

Essa política industrial implementada, vem, ao longo desses anos, contribuindo para uma maior diversificação da matriz industrial, dinamizando alguns setores e atraindo empreendimentos importantes para o estado da Bahia. É valido destacar que algumas dessas empresas atraídas são produtoras de bens finais, o que sinaliza uma incipiente e gradativa mudança na matriz industrial do estado, pautada em bens intermediários.

Nesse aspecto, destaca-se a construção de pólos que agregam empresas da mesma atividade, como o Pólo Calçadista, onde se sobressaem as empresas Azaléia, Grendene, Bison Indústria de Calçados Ltda, Calçados Belpasso, ViaUno, Calçados Bibi, entre outros.

No Pólo Automotivo registra-se a implantação do Complexo Industrial Ford, a empresa de pneus Continental do Brasil, Produtos Automotivos Ltda, e, em breve, a Bridgestone, Firestone do Brasil Ind. e Com. Ltda.

Além disso, a Bahia possui empresas do ramo de alimentos e bebidas, podendo ser citadas a Gujão Alimentos Ltda, Avipal Nordeste S/A, Chocolates Duffy Ltda, Frevo Refrigerantes e a Ambev - Cia de Bebidas das Américas. No ramo têxtil destacam-se a empresa Italsofá Bahia Ltda, BMD Têxteis, e Icafort Agroindústria Ltda.

Investimentos industriais previstos – 2006-2010

No período que compreende os anos de 2006-2010, os investimentos previstos poderão chegar a um volume de cerca de R$ 12 bilhões, com geração de emprego abrangendo 70 mil postos de trabalho diretos. A previsão para o período é de instalação ou ampliação de plantas industriais de 523 empresas.

Analisando-se por eixo de desenvolvimento econômico, pode-se constatar que a concentração desses investimentos continuam a registrar no eixo Metropo-

* Economista e técnica da SEI.
** Economista, mestranda em economia pela UFBA. Assistente administrativo da SEI.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos por eixo de desenvolvimento econômico
2006-2010

Eixo	Volume	Emprego
Baixo Médio São Francisco	50.439	520
Chapada Norte	87.191	1.107
Chapada Sul	4.890	331
Extremo Sul	3.377.521	2.235
Grande Recôncavo	512.864	13.458
Irecê do São Francisco	22.193	357
Mata Atlântica	725.755	8.306
Médio São Francisco	3.000	100
Metropolitano	6.013.865	27.642
Nordeste	41.860	1.155
Oeste do São Francisco	274.948	1.632
Planalto Central	295.878	425
Planalto Sudoeste	336.231	9.640
A Definir	640.050	3.819
Total	**12.386.684**	**70.727**

Fonte: SICM
Elaboração: CAC - SEI
Dados preliminares sujeitos a alterações, coletados até 31.12.06

litano e uma outra parte no Extremo Sul, conforme sinaliza a Tabela 1.

No Extremo Sul, a previsão é de um volume de investimentos que chega a R$ 3,3 bilhões, com geração de 2,2 mil empregos. Neste eixo podem-se destacar os empreendimentos:

- Bahia Sul Celulose: empresa com atividade voltada para setor de papel e celulose, que investirá aproximadamente R$ 2,9 bilhões na ampliação da sua planta localizada em Mucuri, devendo gerar 300 empregos diretos.
- Energética Serra Preta: investimento previsto de R$ 189 milhões, na implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) no município de Itamaraju, com previsão de gerar 30 empregos diretos.

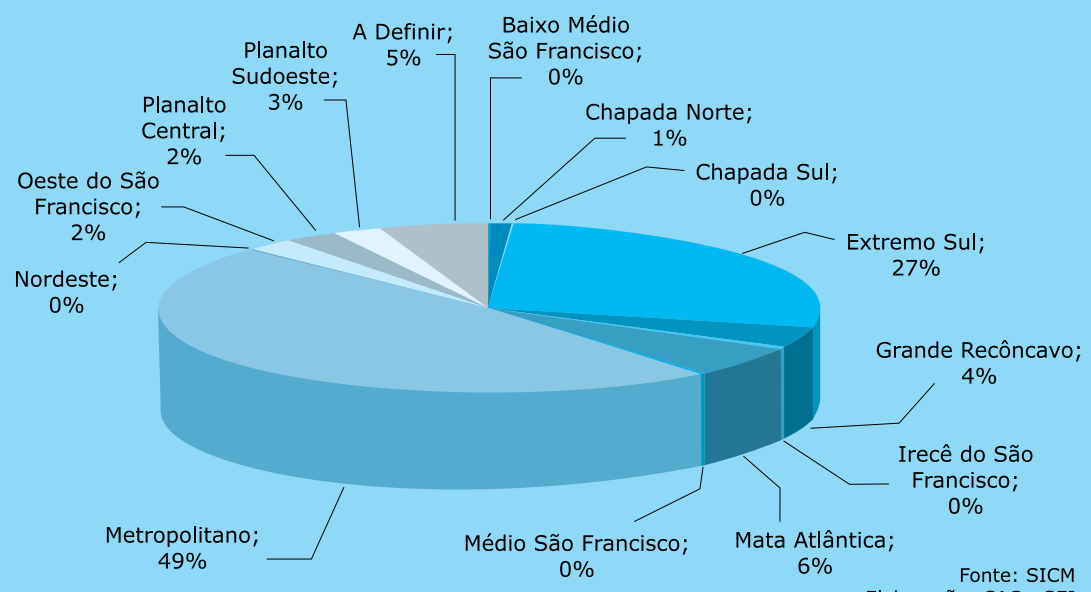
O volume previsto para ser realizado no eixo Metropolitano chega a R$ 6 bilhões, agregando 270 empreendimentos que deverão gerar 27 mil postos de trabalho.

No eixo Metropolitano, os investimentos previstos mais significativos serão realizados pelas empresas:

- Bahia Pulp: localizada no município de Camaçari, com atividade no setor de papel e celulose, ampliará a sua planta industrial, com um investimento previsto de cerca de R$ 1,2 milhões.
- Bahiagás: localizada no município de Salvador, vai realizar investimento de R$ 419,6 milhões, devendo gerar 65 empregos diretos.
- Braskem: empresa localizada em Camaçari, com previsão de investimento de R$ 391 milhões na ampliação da fábrica, devendo gerar 70 postos de trabalho diretos.
- Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A: empresa do ramo químico petroquímico que deverá investir R$ 250 milhões para produção de ácido cianídrico e acrilonitrila, com geração de 90 empregos.
- GDK S/A: voltada para a atividade de metal-mecânico, irá realizar investimento de R$ 150 milhões, gerando, com isso, 808 empregos. Esta empresa será localizada no município de Candeias.

No Extremo Sul, a previsão é de um volume de investimentos que chega a R$ 3,3 bilhões, com geração de 2,2 mil empregos

Gráfico 1
Investimentos industriais previstos e participação por Eixo de desenvolvimento, Bahia: 2006 - 2010



Fonte: SICM
Elaboração: CAC - SEI
Dados preliminares sujeitos a alterações, coletados até 31.12.06

O gráfico acima mostra as participações por eixo de desenvolvimento econômico no período de 2006-2010, evidenciando que os eixos Metropolitano (49%) e Extremo Sul (27%) concentram a maioria dos investimentos previstos para o estado da Bahia. Juntos esses eixos respondem por, aproximadamente, 76% dos investimentos previstos para o estado da Bahia.

No ano de 2006 um número considerável de empresas mostrou interesse em investir na Bahia, sendo contabilizadas, nos últimos dois meses do ano, 137 empresas. O volume a ser gerado por essas empresas chega a R$ 5,5 bilhões, com a geração de 19 mil postos de trabalho. A conclusão desses investimentos, na sua maioria, está com previsão para 2007 e 2008.

Investimentos industriais previstos em Biodiesel no estado da Bahia

A bioenergia, produção de energia pela biomassa, vem ocasionando uma busca por energia proveniente da agricultura, o que deverá mudar a estrutura agrícola nos próximos anos. O estado da Bahia receberá em investimento para a produção de usinas de biodiesel um volume de R$ 283 milhões. O ganho será tanto para o produtor de bioenergia, como para o produtor de grãos, uma vez que essa situação levará a um impulso na produção da cana-de-açúcar, soja, milho, em função da construção de unidades esmagadoras de sementes.

A Bahia, no que se refere à produção de biocombustíveis, possui uma situação privilegiada – uma extensão territorial de 567 km², o que equivale a 36,3% da área total da região Nordeste. Na produção de biodiesel, o estado tem, segundo especialistas, condições suficientemente boas, como clima quente favorável ao cultivo da mamona, oleaginosa abundante no semiárido baiano e utilizada como matéria-prima para a produção do diesel alternativo.

Além disso, a Bahia tem concentrado mais investimentos pelo fato de ser o maior estado produtor de

A Bahia, no que se refere à produção de biocombustíveis, possui uma situação privilegiada – uma extensão territorial de 567 km²

mamona e pela oferta disponível de soja e algodão. Outro fator que favorece é a possibilidade de escoar parte da produção para o Sudeste, devido à proximidade com essa região.

As iniciativas criadas para estimular ações e pesquisas na área de energias alternativas, principalmente voltadas para o biodiesel, partiram da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), através do Instituto de Energia e Ambiente (ENAM), uma rede virtual criada em 2004, que tem como objetivo integrar e disseminar informação entre pesquisadores da área. O estado baiano tem grande potencial para atender a mais da metade da demanda nacional de biocombustível, com a mistura de 2,0% no diesel (B2), segundo estudos da FAPESB.

O estudo sinalizou, ainda, que a Bahia teria, considerando as oleaginosas disponíveis e aptas para a produção de biodiesel, condições de produzir 440 milhões de litros de biodiesel por ano. Atualmente existem seis empresas com intenção de investir na instalação de plantas de produção de biodiesel no estado, o que leva a Bahia a ser um dos estados mais adiantados na criação do parque fabril para atender ao segmento.

A Dagris, empresa francesa, foi a primeira a anunciar investimento da ordem de R$ 160 milhões para produzir, inicialmente, 13 milhões de litros de combustível, a partir do caroço de algodão plantado na região oeste do estado. A planta ficará no município de Luís Eduardo Magalhães, estando ainda sem previsão para entrar em operação.

No município de Presidente Jânio Quadros deverá se instalar a Bioquímicos Quadros, outra empresa com investimento previsto para produção de biodiesel, devendo gerar 40 empregos diretos e investir R$ 2,5 milhões. Essa empresa está prevista para entrar em operação no final de 2007.

A Brasil Ecodiesel deverá entrar em operação no início de 2007, com investimento de R$ 12 milhões e geração de 100 empregos diretos. Esse projeto prevê ainda uma produção de 80 milhões de litros de biodiesel por ano, a partir das oleaginosas, como mamona, algodão e girassol.

Em Feira de Santana, a empresa Orbitrade investirá R$ 22 milhões, aproximadamente, na instalação de uma usina de biodiesel, com capacidade prevista para a produção de 90 milhões de litros por ano. Essa empresa terá ainda uma unidade de extração de óleo de mamona

Tabela 2
Investimentos industriais previstos no estado da Bahia - Empresas de Biodiesel 2006-2010

Empresa	Produto	Localização	Eixo	Volume (R$ 1,00)	Emprego direto	Situação
Bioquímicos Quadros	Biodiesel e glicerina	Presidente Jânio Quadros	Planalto Central	2.500.000	40	Implantação
Orbitrade Ind. e Comércio de Oleaginosas Ltda	Óleo de mamona e Biodiesel	Ourolândia	Chapada Norte	22.075.297	98	Implantação
IBR Inoquímica do Brasil LTDA	Biodiesel e glicerina	Simões Filho	Metropolitano	9.000.000	80	Implantação
IBR Inoquímica do Brasil LTDA	Unidade esmagadora de sementes oleaginosas	Ourolândia	Chapada Norte			Implantação
Dagris	Produção de óleos vegetais e produção de biodiesel	Luís Eduardo Magalhães	Oeste do São Francisco	160.000.000	250	Implantação
Brasil Ecodiesel	Produção de óleos vegetais e produção de biodiesel	Iraquara	Chapada Sul	12.000.000	100	Implantação
Petrobrás*	Produção de biodiesel	Candeias	Metropolitano	78.000.000	150	Implantação
Total				**283.575.297**	**718**	

* O investimento da Petrobras no estado não se inclui na política industrial de concessão de incentivos fiscais
Fonte: SICM/SECTI/SEI
Elaboração: CAC - SEI
Dados preliminares sujeitos a alterações

e uma planta piloto de produção de biodiesel localizada no município de Ourolândia, com previsão de início de produção para os primeiros meses de 2007.

A PETROBRAS também anunciou a instalação de uma usina produtora de biodiesel no município de Candeias, com capacidade prevista de 150 milhões de litros por ano e um investimento de R$ 78 milhões, com geração de 150 empregos diretos. Essa usina tem previsão para entrar em operação em 2007.

Já em operação, a IBR Inoquímica do Brasil LTDA, com investimento que se divide entre a usina de biodiesel localizada no município de Simões Filho e a unidade esmagadora de sementes oleaginosas, no município de Ourolândia, a empresa responde por uma injeção de recursos da ordem de R$ 9 milhões, com a geração de 80 empregos .

De acordo com a SECTI, o número de empreendimentos do gênero tende a aumentar em função do crescente interesse de investidores estrangeiros em ter unidades de biodiesel no estado da Bahia.

Considerações finais

Esses investimentos industriais, previstos para o período em análise, continuam a demonstrar a possibilidade de uma maior dinamização econômica para o estado da Bahia, através da diversificação da matriz industrial com pólos de produção.

Sendo assim, verifica-se o enorme potencial que esses empreendimentos apresentam na geração de inversões para o estado, sendo, portanto, um mecanismo que vem desempenhando um papel importante para a o setor industrial baiano.

Essa contínua entrada de investimento produtivo por empresas de grande e médio porte confirmam a expectativa de desenvolver ainda mais o pólo industrial baiano com a criação de postos de trabalho diretos e indiretos. Porém, é valido salientar que a questão da descentralização dos investimentos previstos no estado ainda é um ponto a ser analisado e discutido para que esse dinamismo seja completo.

Portanto, é de suma importância que políticas públicas sejam desenvolvidas e aprimoradas como possibilidade para alavancar ainda mais investimentos que venham a contribuir significativamente para a expansão de todos os segmentos da produção industrial do estado da Bahia.

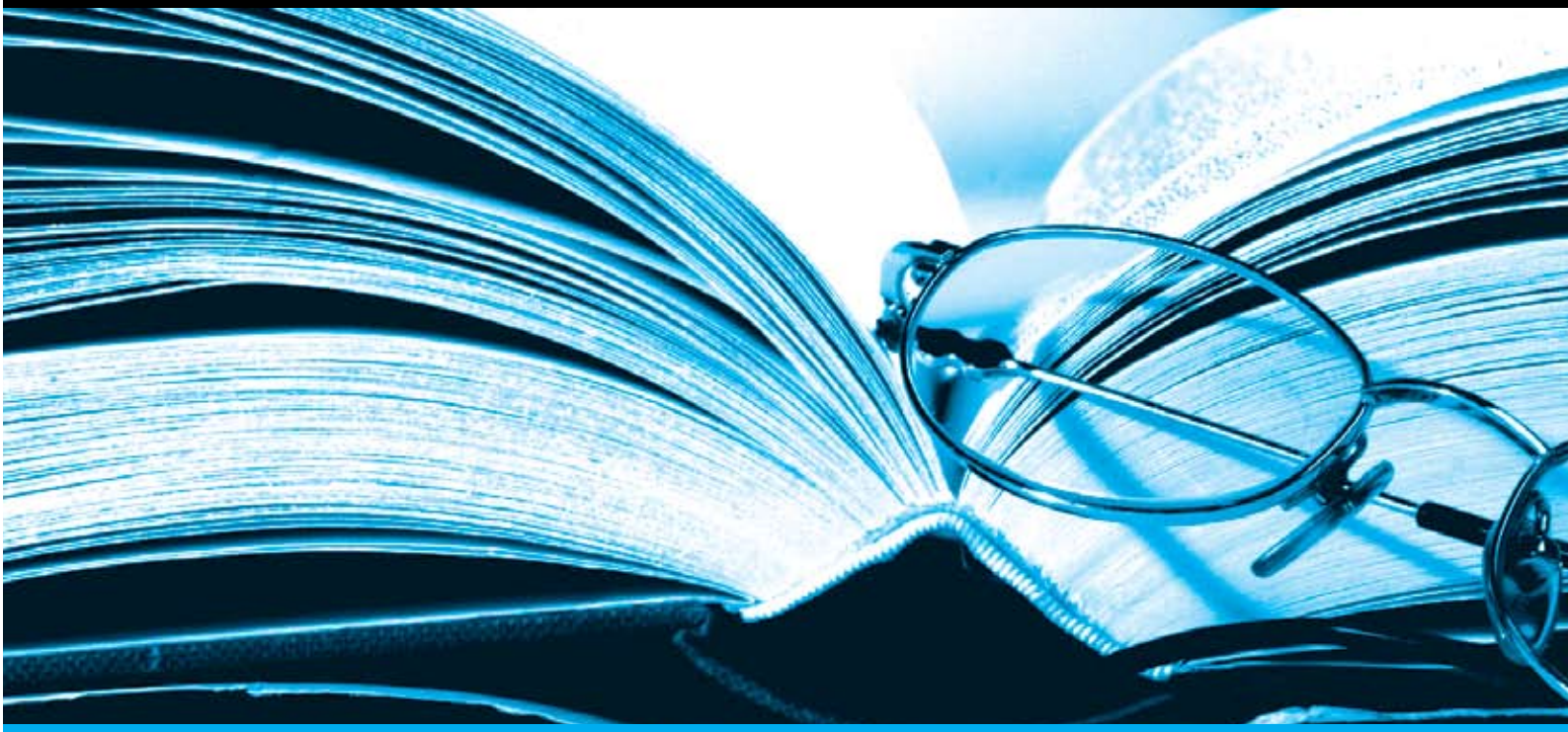
Referências

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Banco de dados investimentos industriais previstos. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2007.

PETROBRAS investirá R$ 78 milhões em usina de biodiesel na Bahia. Rede Baiana de Biocombustíveis. Disponível em: <http://www.rbb.ba.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2007.

PETROBRAS anuncia construção de primeira unidade de produção de biodiesel da Bahia. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br/diário>. Acesso em: 09 nov. 2006.

O Maior Acervo Especializado em Planejamento e Economia do Estado.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI
De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30
Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA
(71) 3115-4748/ cobi@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO DA Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento

Conjuntura Econômica Baiana

Os indicadores da atividade econômica, para o mês de outubro, mostraram que tanto a atividade industrial quanto as vendas no comércio e as vendas externas registraram variações positivas, o que contribui para o crescimento da economia baiana como um todo.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em outubro de 2006, variação positiva de 5,2% em relação ao mesmo mês de 2005. No acumulado do ano, a indústria apresentou crescimento de 4,5% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, os segmentos que registraram os maiores crescimentos foram: *celulose, papel e produtos de papel* (24,6%), *metalurgia básica* (11,2%) e *minerais não-metálicos* (7,5%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-6,3%) e *alimentos e bebidas* (-1,8%) registraram desempenho negativo no período.

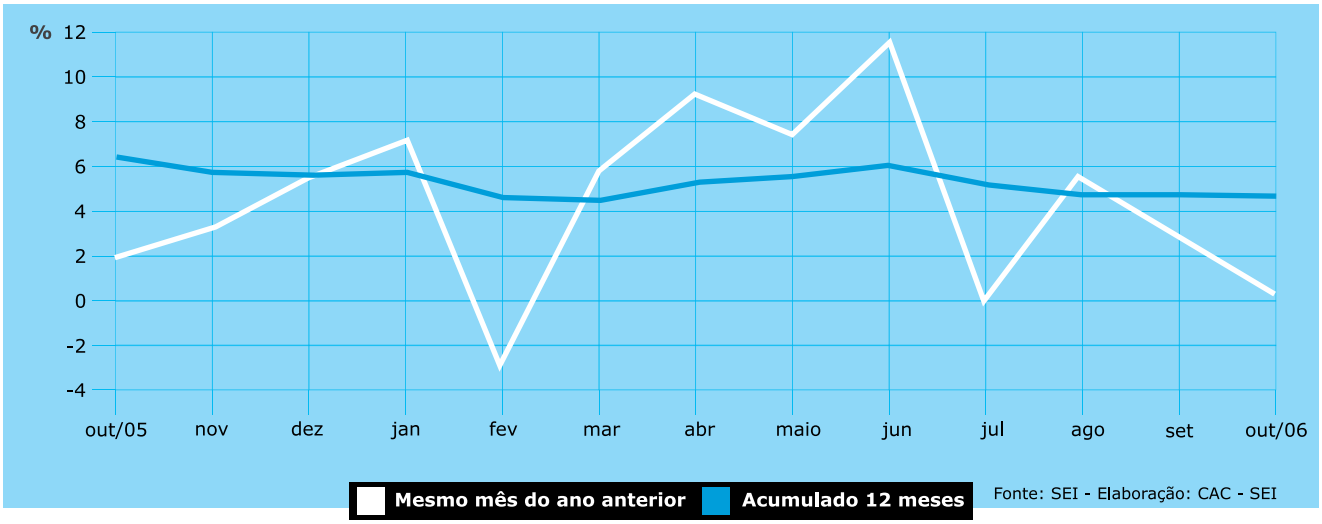
No que se refere ao comércio exterior, os dados para o mês de novembro apresentaram crescimento tanto das exportações quanto das importações no acumulado do ano, em comparação com os números apurados em outubro. O crescimento das exportações, até novembro, foi de 12,8%. Já as importações mantiveram crescimento acima das exportações (36,9%).

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 9,1% no volume das vendas no acumulado do ano. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (27,4%), *hipermercados e supermercados* (22,3%) e *móveis e eletrodomésticos* (20,1%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 21,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, entre os meses de novembro e dezembro de 2006, variação de 0,23%. No ano de 2006, os preços se elevaram, em média, 3,6%. *Habitação e encargos* (19,2%) e *alimentos e bebidas* (2,5%) foram os grupos que registraram as maiores contribuições para o índice final em 2006.

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de novembro com taxa de desemprego em 22,6% e média anual de 23,8%. Com relação ao rendimento, houve variação negativa de 0,5% na comparação nov05/out06 com relação ao mesmo período anterior.

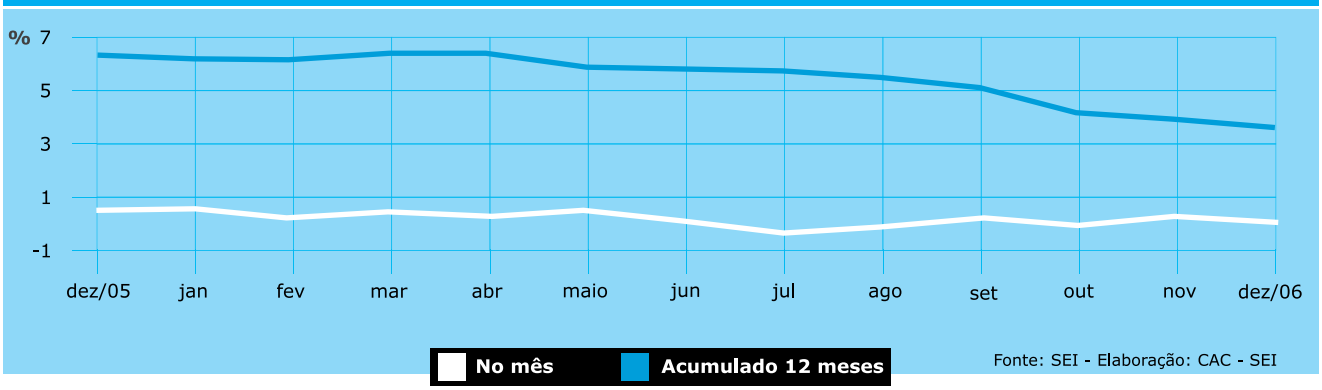
Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

No mês de outubro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC), apresentou crescimento de 0,4%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com o pequeno crescimento mensal, a atividade econômica ficou praticamente estável no indicador de médio prazo. No acumulado dos doze meses, o indicador registrou crescimento de 4,7% em outubro, ante 4,8% registrado em setembro.

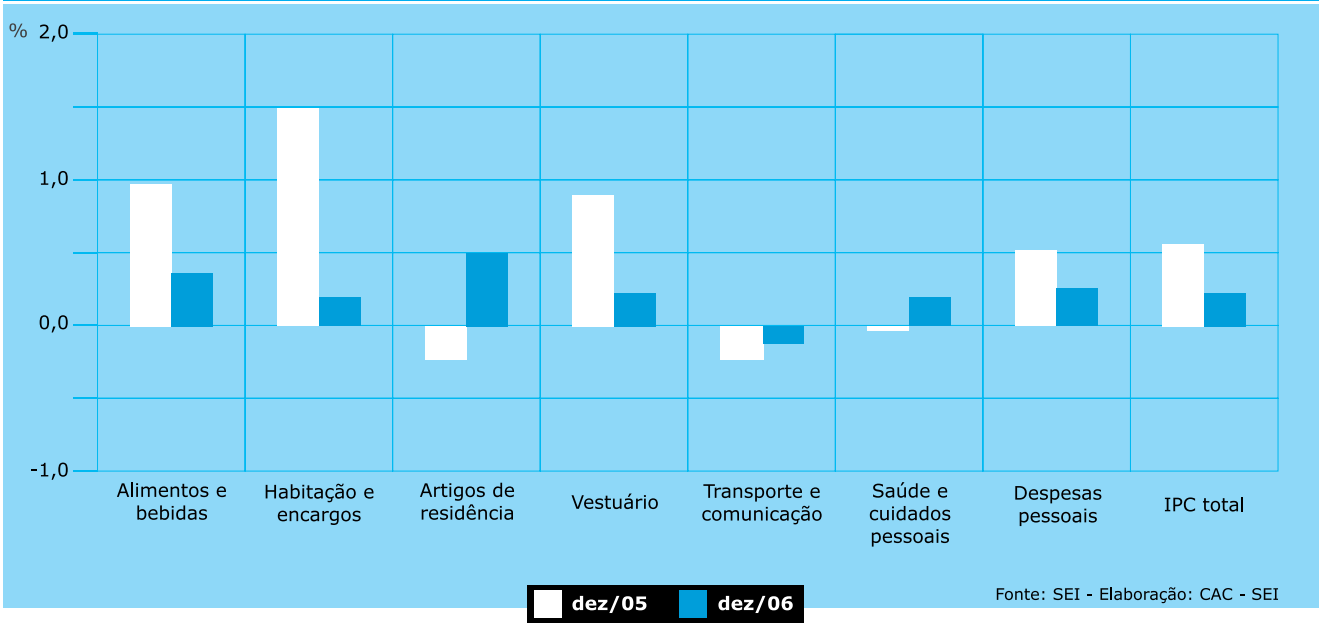
Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

Em dezembro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação de 0,23%. Com esse resultado, o índice fechou o ano com alta de 3,6%, taxa bem inferior à registrada em 2005 (6,3%). Habitação e encargos (19,2%) e alimentos e bebidas (2,5%) foram os grupos que mais pressionaram o índice em 2006.

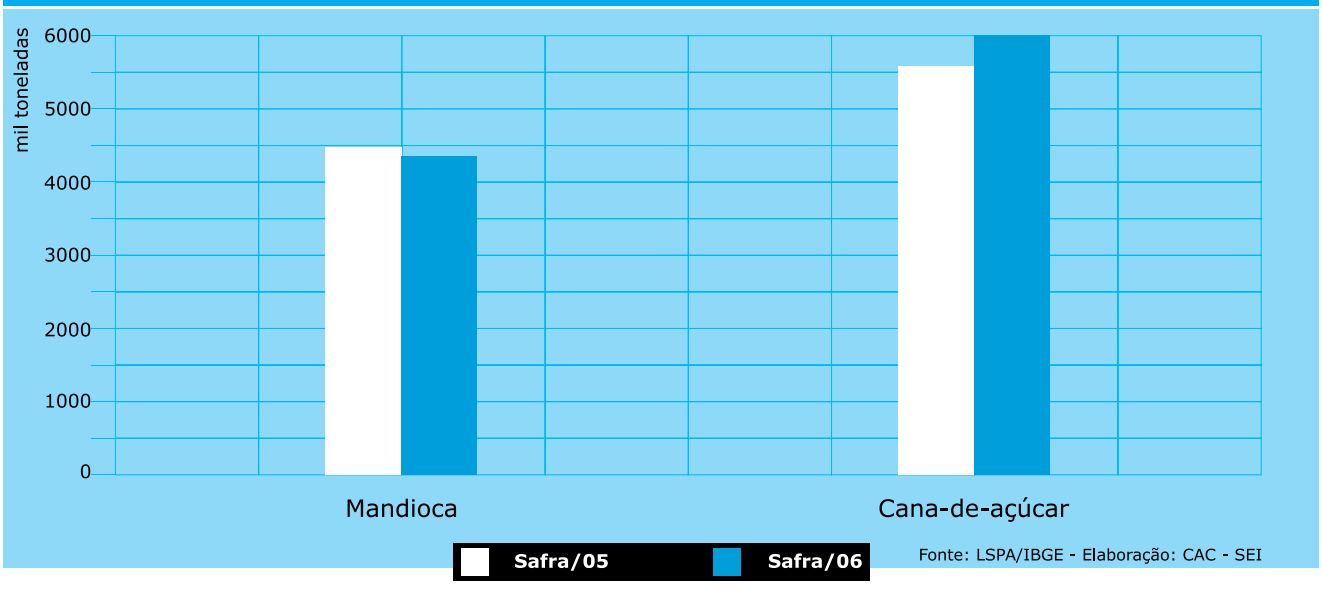
Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

Os grupos Alimentos e bebidas (0,36%) e Artigos de residência (0,48%) apresentaram, em dezembro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens *aves e ovos* (2,06%) e *cama, mesa e banho* (2,25%) foram os que registraram as maiores variações no período.

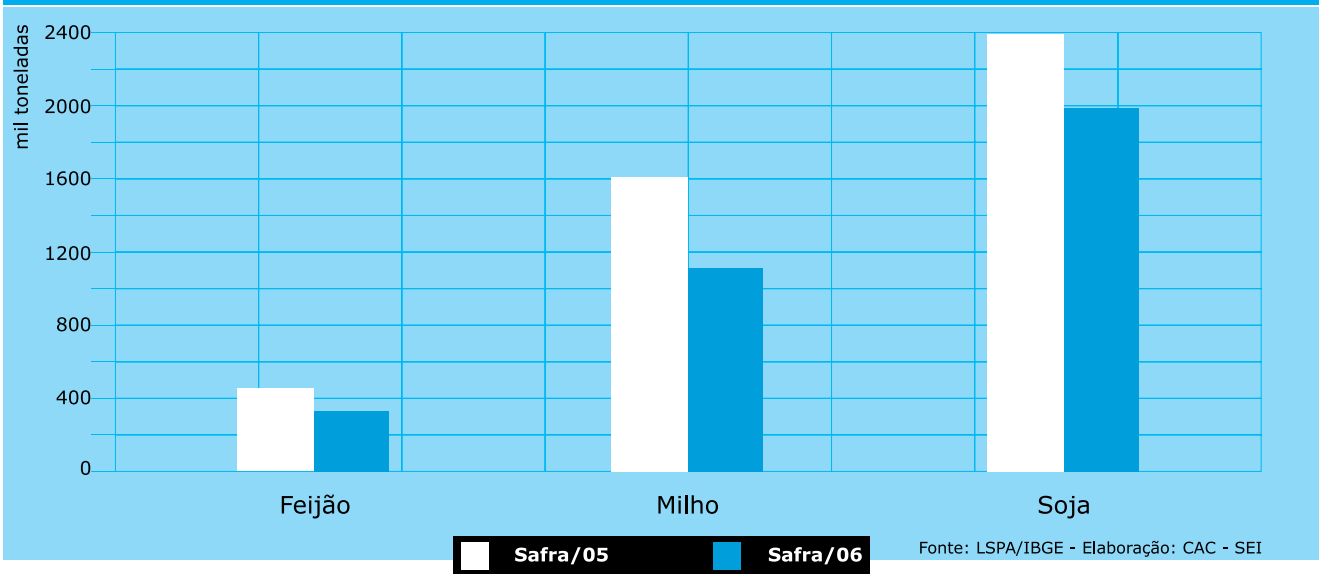
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE - Elaboração: CAC - SEI

As estimativas para a safra baiana, realizadas em dezembro de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apontam para um resultado negativo da produção de mandioca (-2,4%), que vem acompanhado pela queda do rendimento da lavoura (-0,8%). No que tange à cana-de-açúcar, observa-se elevação de 9,0 % na produção e de 2,2% no rendimento. Este comportamento deve-se às expectativas dos produtores em relação aos bons preços do açúcar e do álcool em mercados interno e externo.

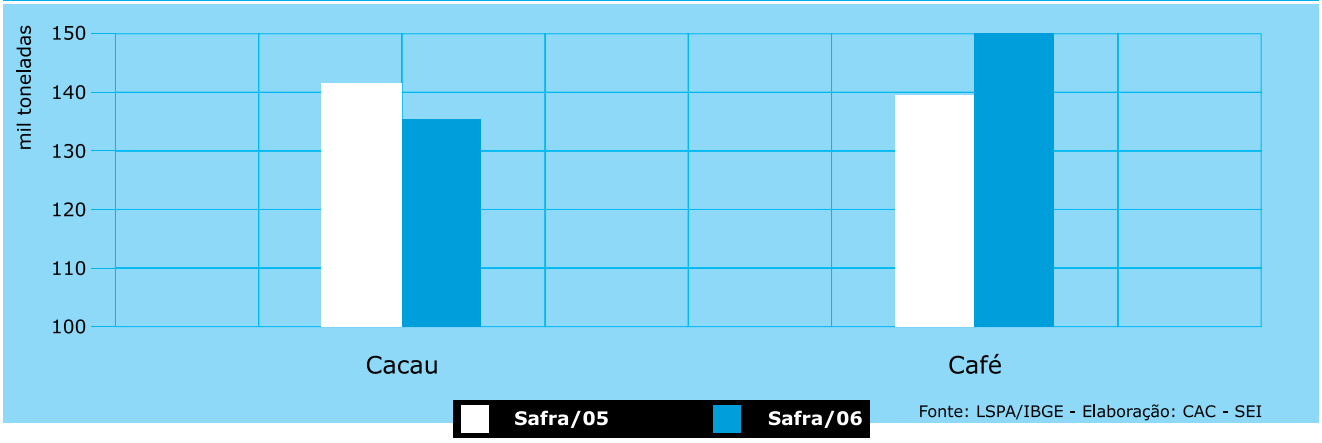
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE - Elaboração: CAC - SEI

No que diz respeito às estimativas para a safra de feijão em 2006, verifica-se redução na produção de 27,6%. O resultado negativo deve-se tanto a queda no feijão 1ª safra (em entressafra) de 40,7%, quanto para a 2ª safra (com colheita em andamento). Em relação ao milho, verifica-se a continuidade da redução na produção baiana (-31,4%) e no rendimento (-25,0%). Tais desempenhos negativos do milho e feijão são resultados das chuvas irregulares em diversas regiões produtoras do estado. Para a soja (em entressafra) mantêm-se as estimativas de queda de 17,1% da produção.

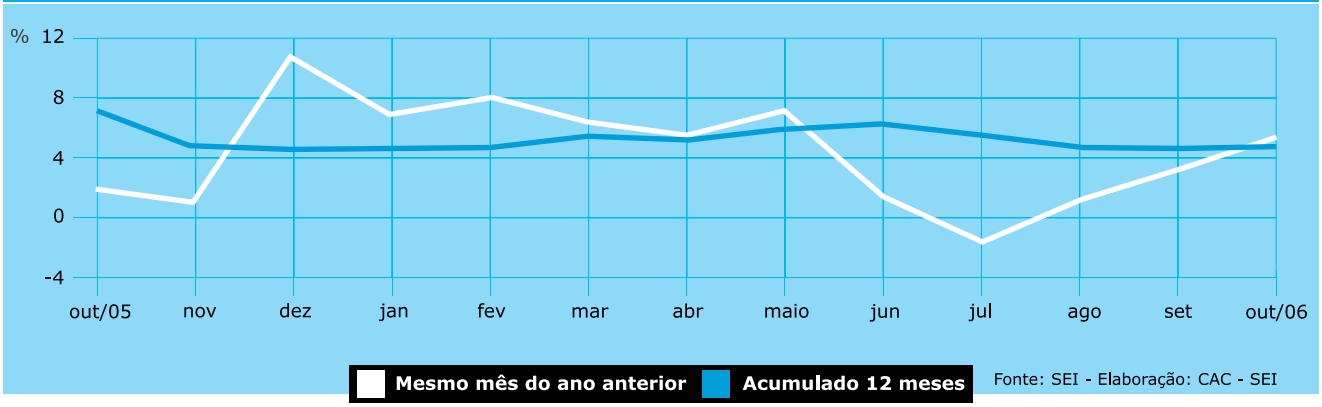
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE - Elaboração: CAC - SEI

Segundo o LSPA/IBGE de dezembro de 2006, as estimativas para a produção de cacau (em frutificação) permanecem em queda de 4,2%, devido à conjuntura de preços da amêndoa, dívidas de produtores e pragas. Quanto à safra de café, tem-se a elevação da produção de 25,0%, acompanhada de expansão de aproximadamente 14% no rendimento. As análises permitem verificar ainda a expansão das áreas plantada (11,7%) e colhida (9,2%) em relação à safra 2005.

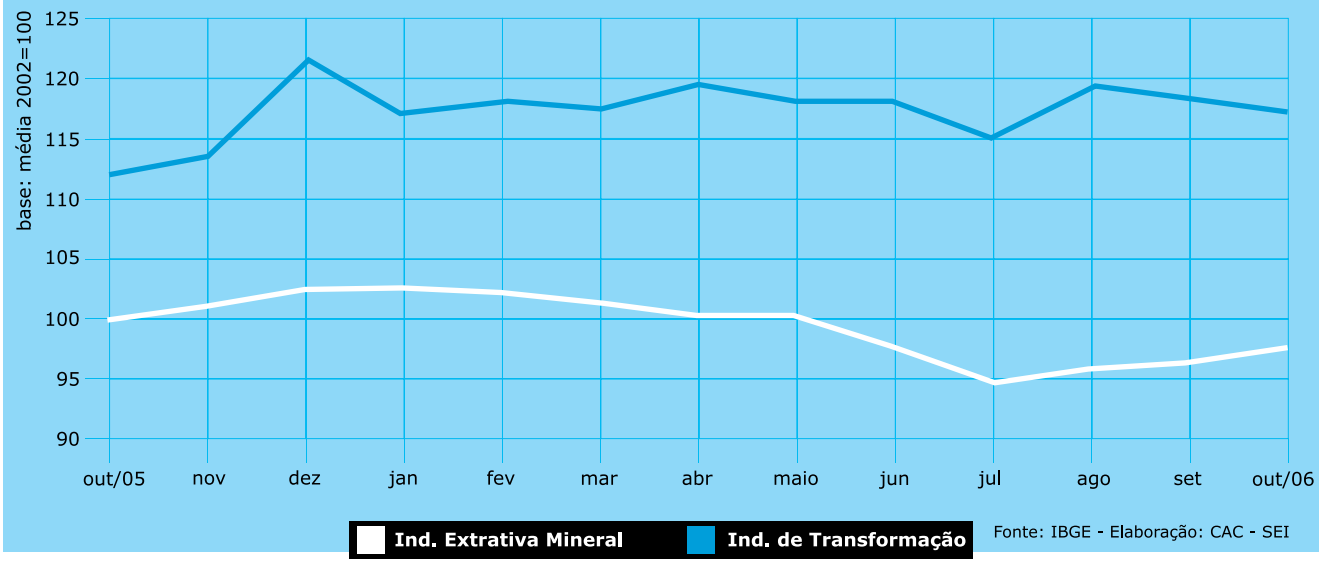
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: SEI - Elaboração: CAC - SEI

A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou crescimento de 5,2%, em outubro de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Para o acumulado dos doze meses, o índice manteve-se praticamente estável em relação aos últimos dois meses, uma vez que, nesse período, oscilou de 4,6%, em agosto, para 4,7% em outubro. Neste último indicador, os setores que acumularam as maiores altas foram: celulose, papel e produtos de papel (32,5%), metalurgia básica (11,4%), minerais não-metálicos (9,8%) e borracha e plástico (4,5%).

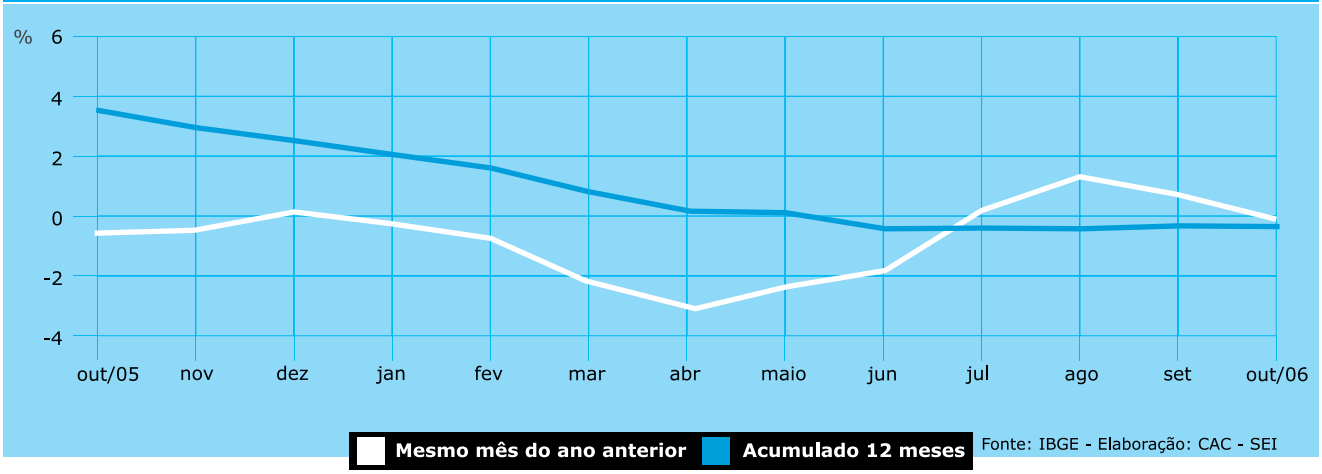
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa de 1,3%, entre os meses de setembro e outubro de 2006. Já a indústria de extrativa mineral registrou expansão de 1,4% no mesmo período, mantendo a tendência de crescimento verificada nos últimos quatro meses.

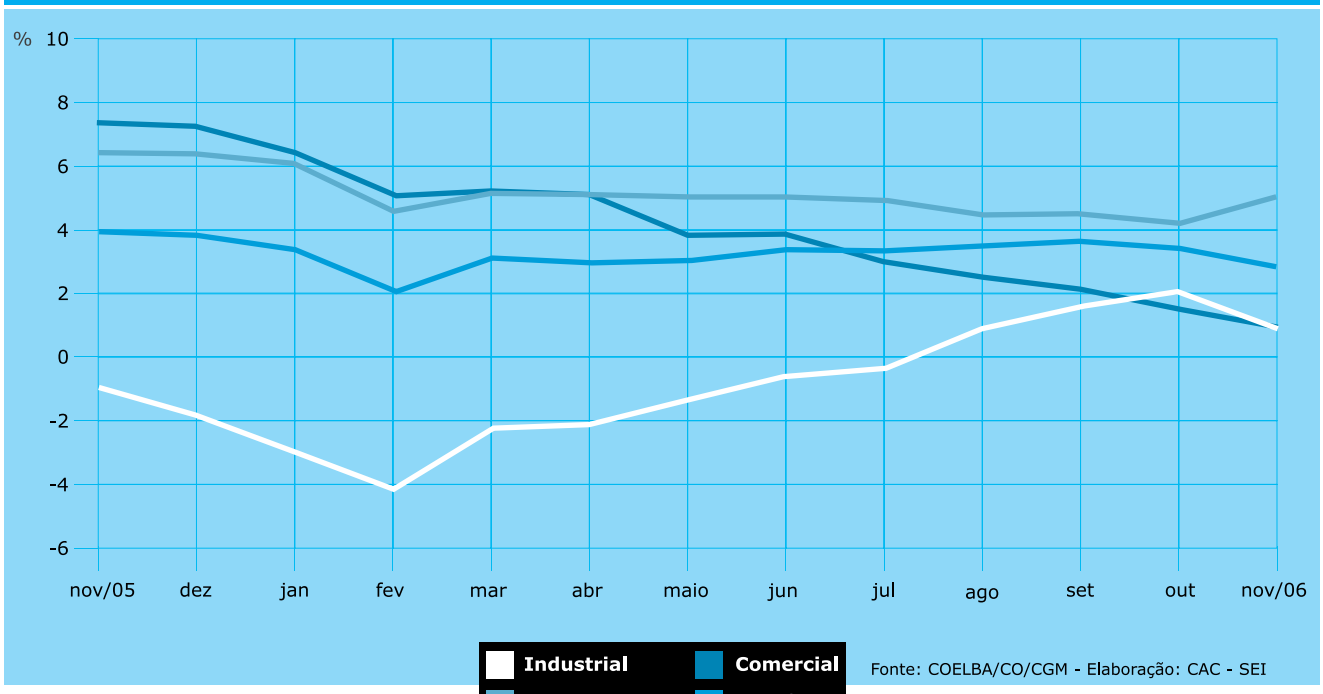
Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

Após a recuperação iniciada em julho, o índice emprego na indústria baiana voltou a registrar taxas negativas. Em outubro de 2006, ocorreu queda de 0,2% em relação a outubro de 2005. No acumulado dos doze meses o índice manteve-se estável em -0,4%. Neste último indicador, as principais contribuições negativas ocorreram nos segmentos de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-12,5%) e borracha e plástico (-10,6%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia



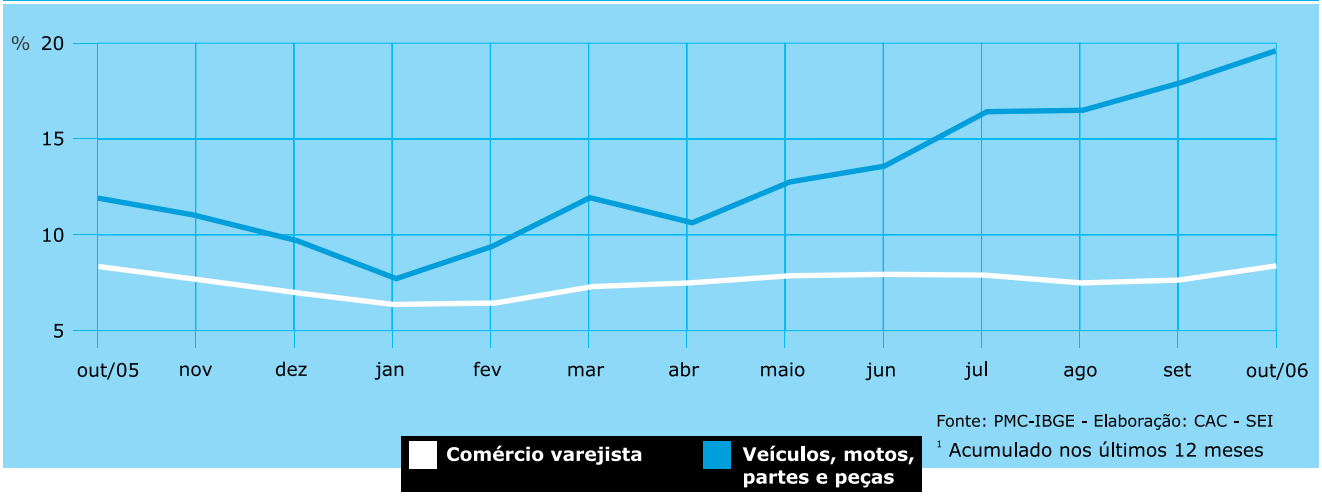
Fonte: COELBA/CO/CGM - Elaboração: CAC - SEI

[1] Acumulado 12 meses

[2] Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou, em novembro de 2006, queda de 0,2%, em relação a novembro de 2005. Com essa queda, o índice no acumulado dos doze meses, passou de 3,3% em outubro para 2,7% em novembro. Dentre os principais setores consumidores, o residencial é o que apresenta a maior e mais expressiva taxa de crescimento nos doze meses (5,0%).

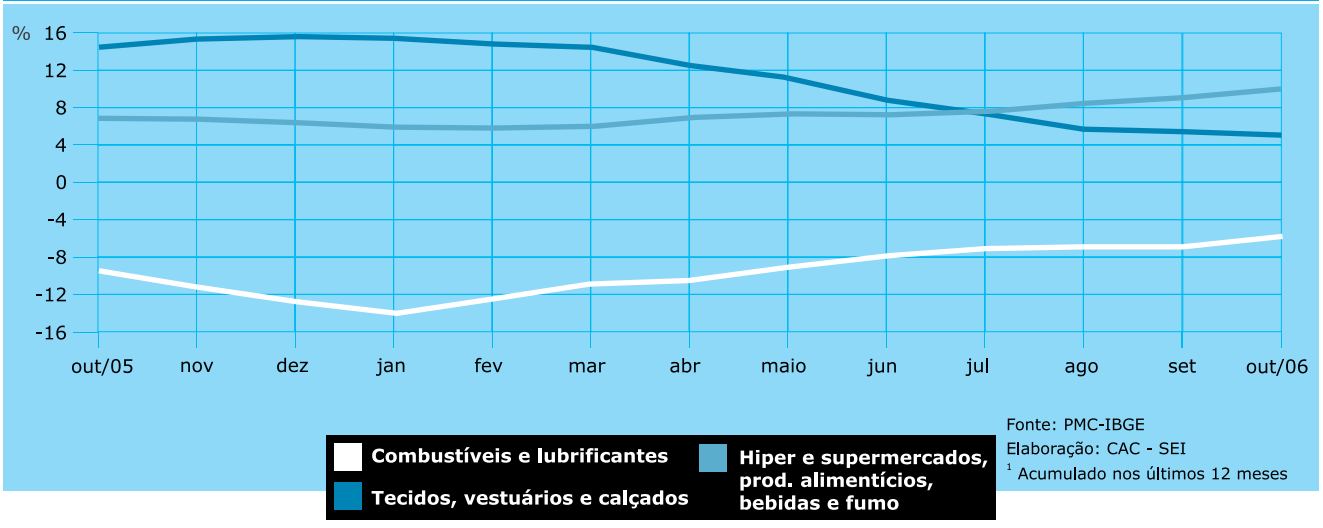
Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia



Fonte: PMC-IBGE - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

No mês de outubro de 2006, o comércio varejista na Bahia apresentou, pelo trigésimo quinto mês consecutivo, um acréscimo de 8,6% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 8,2%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 22,6% em comparação com outubro de 2005. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 19,2%.

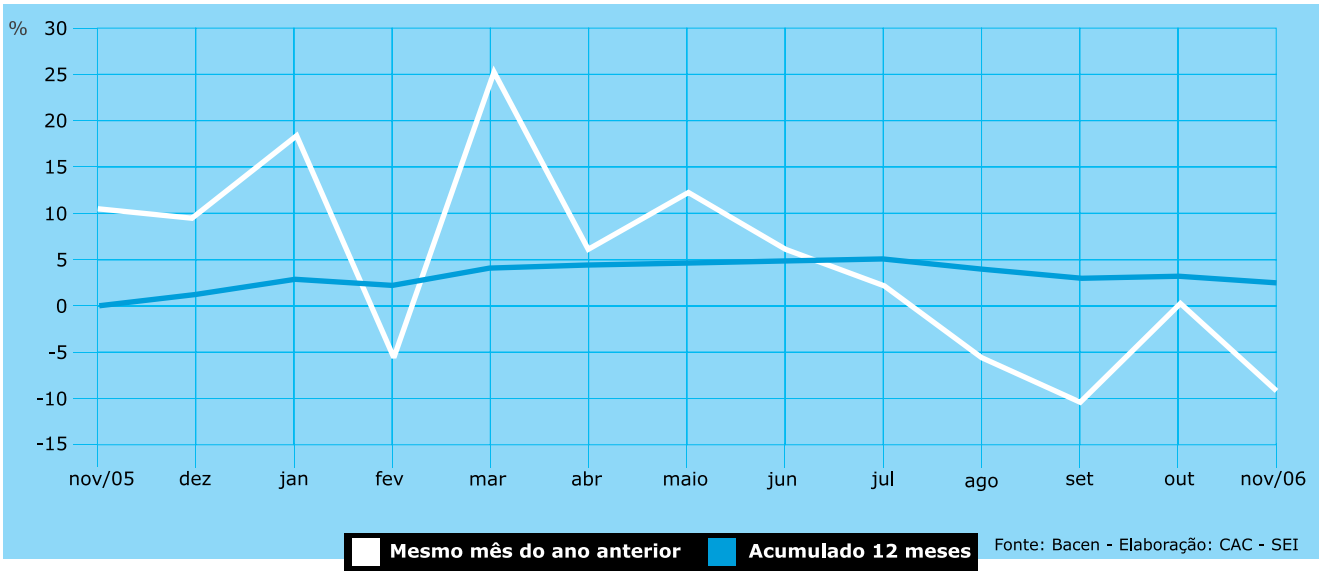
Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia



Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo a PMC (IBGE), o segmento Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até outubro/06, um crescimento de 20,6% no volume de vendas. Apesar da taxa positiva, os dados da pesquisa mostram uma desaceleração no ritmo de negócios deste setor. Já o segmento Hiper e supermercados vem apresentando constantes variações positivas, acumulando uma expansão para o período de 11,5%.

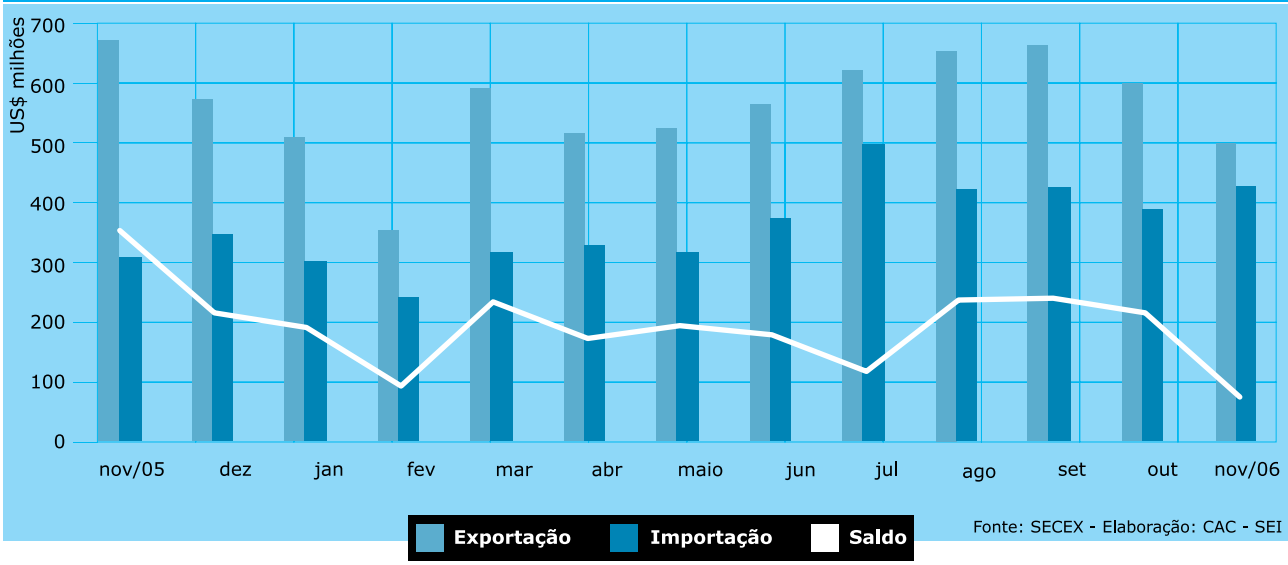
Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen - Elaboração: CAC - SEI

Em novembro de 2006, foram emitidos 390.300 cheques sem fundos na Bahia, 8,6% a menos que no mesmo mês do ano anterior. Essa queda contribuiu diretamente para a redução do número de cheques sem fundos no acumulado do ano; entre outubro e novembro, houve uma redução de 1,7 p.p, com a taxa recuando de 5,2% para 3,5% nos respectivos meses.

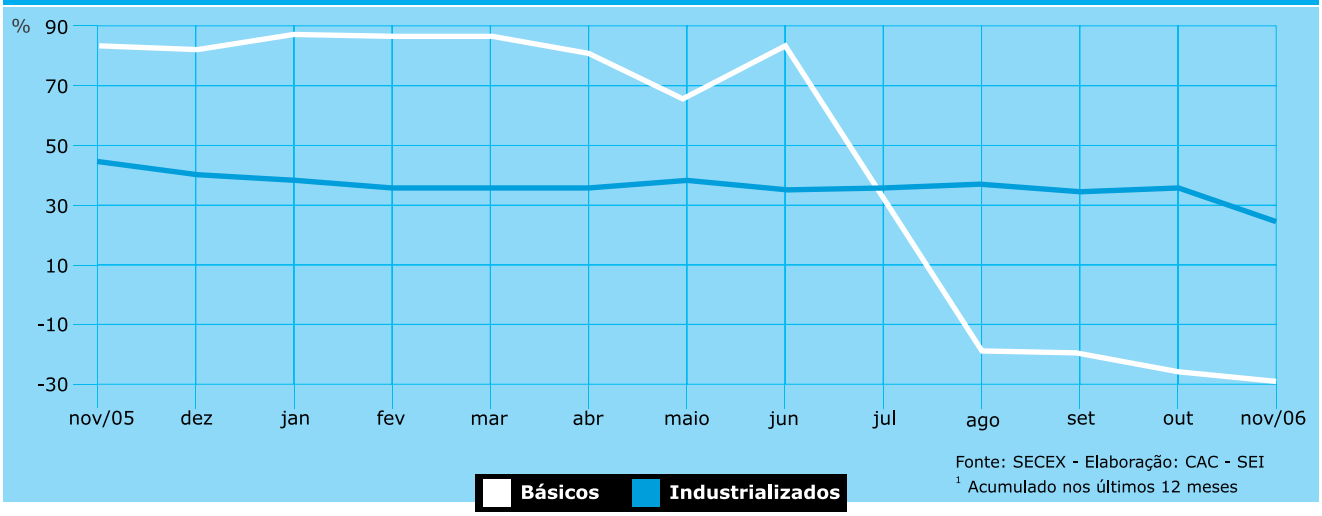
Balança comercial - Bahia



Fonte: SECEX - Elaboração: CAC - SEI

A balança comercial baiana registrou, em novembro de 2006, saldo superavitário de apenas US$ 74,4 milhões. Esse baixo saldo foi resultado de queda nas exportações (-24,5%) na comparação novembro06/novembro/05 e pelo crescimento de 34,7% das importações no mesmo período. No ano, o saldo comercial da Bahia está em US$ 1,9 bilhão, valor bem inferior aos 2,4 bilhões do mesmo período do ano anterior.

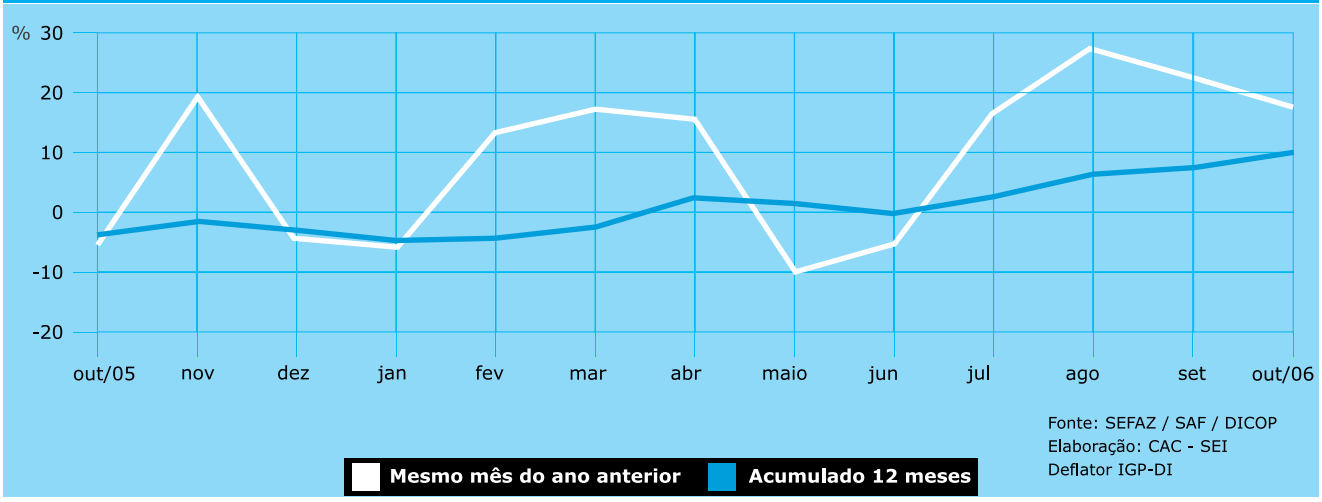
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia



Fonte: SECEX - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

Analisando-se as exportações por fator agregado, verifica-se variação positiva de 25,7% para o segmento produtos industrializados, no acumulado dos últimos doze meses, caracterizando perda de dinamismo dessa categoria, visto que, até outubro, o crescimento estava em 36,0%. Já o segmento produtos básicos, apresenta desempenho negativo desde o mês de agosto. Em novembro as exportações mantiveram trajetória declinante, registrando variação negativa acumulada de 28,3%.

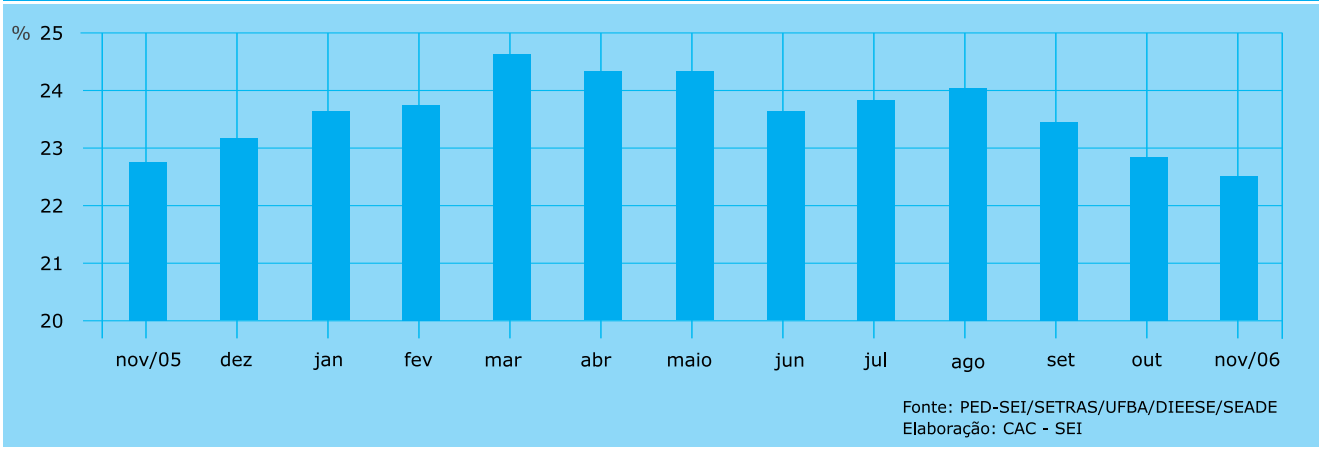
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ / SAF / DICOP
Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de outubro de 2006, crescimento de 27% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação total foi de R$ 637,7 milhões. No acumulado dos últimos doze meses, o índice acumulado da arrecadação cresceu mais que o dobro, passando de 2,9% para 6,1%, com valor total de R$ 7,3 bilhões.

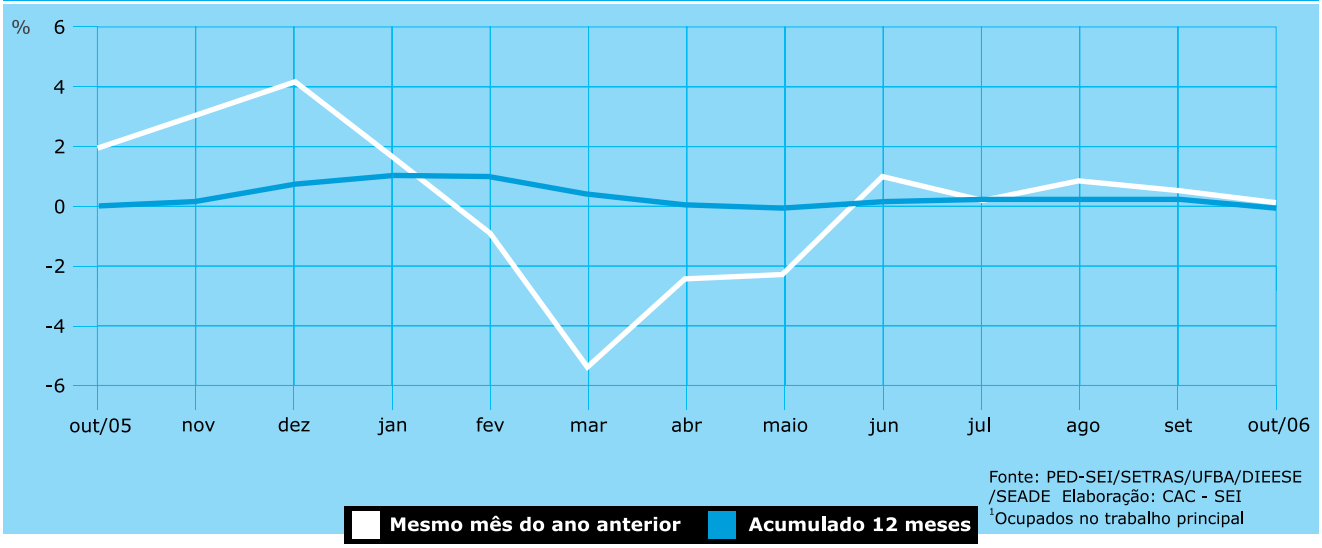
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

Em novembro de 2006, a Pesquisa de Emprego e Desemprego captou uma redução de 1,3% na Taxa de Desemprego na RMS, comparando-se com outubro do mesmo ano. A entrada de 15 mil pessoas no mercado de trabalho foi compensada pela geração de 16 mil novos postos de trabalho no período. O contingente de desocupados foi estimado em 403 mil pessoas em nov./06 e o contingente de ocupados em 1.378 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: CAC - SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

O rendimento auferido pelos ocupados, no mês de outubro de 2006, sofreu um crescimento de 0,32% comparando-se com out./2005. No acumulado dos últimos doze meses, observou-se, entretanto, redução de 0,05%. A massa de rendimentos reais ficou 0,8% maior para os ocupados, em função da alta do nível de ocupação.

Setor externo brasileiro: uma análise sob a ótica da inserção externa

Bruno Rodrigues Pinheiro*

O setor externo brasileiro vem apresentando números significativos no período compreendido entre 2003 e 2006. As exportações e importações batem sucessivos recordes e há números expressivos nas duas principais contas do Balanço de Pagamentos (transações correntes e conta capital/financeira). Diante desses dados, cabe fazer uma análise do processo de inserção externa da economia brasileira nesse período. Para tanto, parte-se da hipótese de que os números robustos do setor externo têm como base duas questões: i) a conjuntura internacional extremamente favorável; ii) e a "herança" deixada pelo governo anterior. Assim, esses resultados das contas externas são reflexos mais da situação internacional do que das atitudes tomadas em nível interno. Este artigo discutirá essas questões, trazendo ao debate a inserção externa brasileira.

O cenário externo desfavorável que marcou o segundo mandato do presidente FHC (1999/2002) foi suprimido por um ambiente extremamente benigno, tanto nos fluxos financeiros quanto no comércio internacional, período que coincide com os anos do governo Lula (2003/2006). Assim, o que se quer mostrar é que os resultados do processo de inserção externa alcançados nos últimos três anos tiveram como principal variável a conjuntura internacional, o que não significa que os processos de decisão tomados internamente, tais como as políticas fiscal, monetária, cambial, além da política de comércio exterior tivessem sido irrelevantes.

O Processo de inserção externa da economia brasileira

O conceito de inserção externa tem duas dimensões essenciais: a comercial e a financeira. Partindo de uma hipótese de que os condicionantes externos, ou seja, a conjuntura internacional é quem determina a dinâmica interna, com relação ao setor externo, e sabendo que os fluxos financeiros têm papel preponderante nessa dinâmica, começa-se a análise da inserção externa brasileira sob a ótica financeira, pois sua lógica é fundamental para buscar o entendimento a respeito de um preço-chave da inserção comercial: a taxa de câmbio.

O processo de inserção externa da economia brasileira não pode ser analisado de forma ahistórica

O processo de inserção externa da economia brasileira não pode ser analisado de forma *ahistórica*, ou seja, não se pode fazer uma análise desse processo tendo como base um período curto de tempo. Apesar de o foco deste trabalho se referir com relação à conjuntura, algumas considerações estruturais são verossímeis: i) a política cambial vem sendo utilizada sistematicamente como variável-chave no combate à inflação desde o período de implantação do Real, mantendo a taxa de câmbio valorizada artificialmente de tal forma que resultou em uma crise cambial (1999), quando se adotou o regime de câmbio com flutuação suja. Essa política foi mantida pelo atual governo, sem expressivas mudanças. ii) com relação à abertura externa, essa se caracteriza por estar sendo realizada desde 1990, tanto com relação à abertura

* Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do NEC. brpinheiro@yahoo.com.br

comercial quanto à abertura financeira. Assim, a linha de continuidade, que marca os governos, desde então, vem se caracterizando por aprofundar o grau de abertura da economia brasileira.

Dessa forma, pretende-se "colocar" a economia brasileira na dinâmica da "globalização financeira e comercial", de tal modo que argumentos contrários a isso soam como retrógrados, ou são categoricamente desqualificados por não terem embasamento "técnico-científico". Quando se fala em abertura financeira:

> (...) [pensa-se sobre a] facilidade com que os residentes podem adquirir ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e do acesso de não-residentes ao mercado financeiro doméstico, envolvendo, assim, tanto a liberalização dos movimentos de capitais quanto a permissão de transações monetárias e financeiras em moeda estrangeira no espaço nacional. O primeiro nível de abertura financeira diz respeito às *inward transactions*, entrada de não-residentes no mercado financeiro doméstico e captação de recursos externos pelos residentes; o segundo nível de abertura financeira refere-se à liberalização das outward transactions, saída de capitais pelos residentes e endividamento de não-residentes no mercado financeiro doméstico. Já o terceiro nível refere-se à conversibilidade interna da moeda, ou seja, à permissão de transações em (ou denominadas em) moeda estrangeira no espaço nacional, como depósitos no sistema bancário doméstico e emissão de títulos indexados à variação cambial. No caso dos países periféricos que não possuem moeda conversível, essa opção resulta geralmente numa dolarização progressiva das economias. (AKYUZ, 1993 *apud* PRATE, 2006, p. 122).

Esse processo de abertura, iniciado no governo Sarney, levado a cabo nos governos Collor e FHC e aprofundado no governo Lula, tem conduzido a economia brasileira a um "alinhamento" com a dinâmica internacional; assim, a economia fica suscetível às mudanças cíclicas que são recorrentes nesse tipo de mercado. A opção por aprofundar essa política tem sido feita pelo governo atual (assim como os anteriores) de forma "antidemocrática", por meio de circulares do Banco Central ou por Medidas Provisórias[1].

As principais medidas tomadas com relação à abertura financeira foram: a unificação dos mercados de câmbio livre e flutuante e a extinção da Conta de Não-Residentes (CC5), em março de 2005, redundando em uma intensificação da abertura do segundo nível, pois permitiu às pessoas físicas ou jurídicas converterem reais em dólares e fazerem remessas ao exterior sem quaisquer limites.

Na mesma data, foi autorizada maior flexibilização na cobertura cambial às exportações, através da ampliação do prazo facultado aos exportadores a retornarem com seus dólares ao País[2]. Uma outra medida tomada (a MP 281, de fevereiro de 2006), concedeu incentivos fiscais aos investidores internacionais que quisessem comprar títulos da dívida pública interna. Essa medida visava diminuir os custos financeiros que existiam até então, haja vista que a incidência de tributos e contribuições dificultava a aquisição de títulos, uma vez que os investidores preferiam aplicar seus recursos em derivativos vinculados à taxa de juros reais, que os melhor remuneravam. Essa medida objetivava aumentar a demanda por títulos da dívida pública interna brasileira.

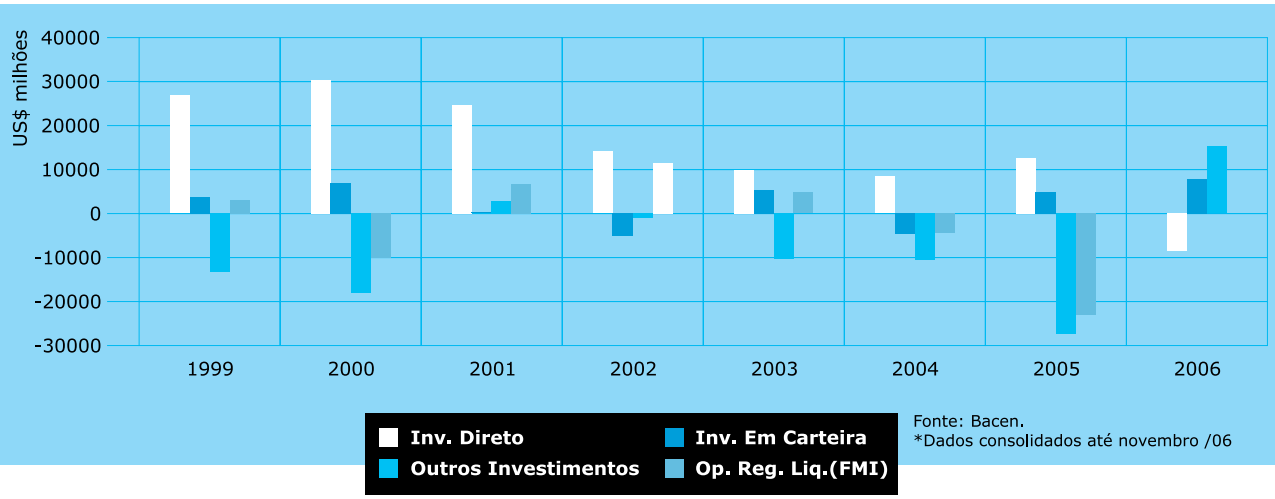
Analisando o Balanço de Pagamentos, é possível perceber como a economia brasileira vem sofrendo os reflexos da conjuntura internacional. Observa-se

Analisando o Balanço de Pagamentos, é possível perceber como a economia brasileira vem sofrendo os reflexos da conjuntura internacional

[1] Qualquer mudança na forma de inserção externa da economia brasileira com o capital estrangeiro deveria ser tomada no âmbito do Congresso Nacional, já que há uma lei específica que trata sobre essa questão, a Lei nº 4.131 de 1961, que permanece intacta. Dessa forma, tenta-se, deslocar a política pela economia. Assim, decisões vitais para o andamento do país não passam mais pelo debate no Congresso – local essencialmente do debate público – sendo realizadas no âmbito das Agências Reguladoras e do Banco Central.

[2] Para maiores detalhes dessa medida, ver Sicsú (2006) e Pinheiro (2006).

Gráfico 1
Composição dos fluxos de capitais, Brasil: 1999-2006*



Fonte: Bacen.
*Dados consolidados até novembro /06

que, quando a conjuntura internacional era desfavorável (1999-2002), os fluxos de capitais tiveram resultados líquidos desfavoráveis. Entretanto, quando a situação internacional melhorou (2003-2006), os fluxos de capitais voltaram aos países emergentes, que são mais atraentes para os investidores internacionais, pois além de pagarem mais em função do risco elevado, possuem um alto diferencial de taxa de juros. Esse é o caso do Brasil, como pode ser visto no Gráfico 1.

Dessa forma, percebe-se uma mudança na composição da conta capital e financeira, que vinha sendo superavitária desde 1999 e passa a ser deficitária no triênio 2004-2006. A conta capital, excetuando o ano de 2001, sempre fora superavitária. Então, o que levou a conta financeira a se tornar deficitária nesse período? Esse déficit deve ser analisado com cautela, pois encobre o comportamento de dois fluxos de capitais distintos: os capitais voluntários e as operações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como pode ser visto na Tabela 1. Aqui se pode perceber que a conta financeira fechou deficitária o ano de 2004 em decorrência de déficits nas duas subcontas: capitais voluntários e operações com o FMI. Entretanto, em 2005, apesar de continuar negativa a conta financeira, os capitais voluntários apresentaram saldo positivo – IED e investimento em carteira – de US$ 13,8 milhões. Assim, o que levou a conta financeira a encerrar o ano de 2005 com um saldo negativo foi o pagamento feito pelo Governo brasileiro ao FMI. Já em 2006, quando se observam os "capitais voluntários", o destaque é a aquisição da Vale do Rio do Doce no exterior, que teve um forte impacto na conta, fazendo com que ocorresse uma saída líquida de capital. Entretanto, como pode ser visto a seguir, a conta financeira deve encerrar o ano com um saldo positivo graças à conta "Outros Investimentos" e sua subconta "empréstimo e financiamento de curto e longo prazo", que teve uma entrada de quase US$ 16 bilhões.

Tabela 1
Balanço de Pagamentos - Conta Capital e Financeira, Brasil: 1999 - 2006* **US$ milhões**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Conta Capital e Financeira	17.319	19.326	27.052	8.004	5.111	-7.356	-9.593	15.669
Conta Capital	338	273	-36	433	498	339	663	839
Conta Financeira(**)	16.981	19.053	27.088	7.571	4.613	-7.696	-10.256	14.830
Capitais Voluntários (inv. direto + portfólio)	14.016	29.377	20.331	-3.909	-156	-3.333	17.435	-834
Operação e Regularização (FMI)	2.966	-10.323	6.757	11.480	4.769	-4.363	-23.271	0

Fonte: Bacen
* Dados de 2006 acumulado até novembro
** O total da conta financeira é o somatorio de três contas, sendo que nessa tabela trabalha-se com apenas duas
Por isso que o somatorio das subcontas não corresponde ao total da conta financeira

A principal característica que se verifica com relação à inserção comercial do Brasil no período 2003-2006 foi a guinada ocorrida na balança comercial

Quando se analisa a conta financeira pormenorizadamente, percebe-se que os tipos de investimento que tiveram maior destaque no ano de 2006 foram "os títulos de renda fixa negociados no país". Isso se deve, principalmente, pela edição da MP-281 que possibilitou, de forma instantânea, um aumento considerável dessa aplicação.

Uma outra característica do movimento financeiro global é a "boa receptividade" que os títulos emitidos em reais possuem no mercado internacional. Uma questão que se coloca é que esse movimento é geral para os países emergentes e, ademais, coincide com o estreitamento dos *spreads* nos títulos denominados em dólares. Assim, esse movimento, que não é novo – já ocorreu em 1996-1997 – faz parte da euforia do ciclo financeiro.

Uma questão aparece nessa lógica: será que a valorização cambial que está ocorrendo com o Real pode ser explicada com a entrada desses fluxos financeiros, na busca de rentabilidade num país que possibilita altos ganhos financeiros já que tem uma taxa de juros interna muito elevada em relação ao resto do mundo? Se isso for verdade, qual é seu impacto no comércio de bens do Brasil? A partir dessas informações será analisada a inserção comercial brasileira.

A principal característica que se verifica com relação à inserção comercial do Brasil no período 2003-2006 foi a guinada ocorrida na balança comercial, contribuindo para que as transações correntes fechassem superavitárias, como pode ser visto na Tabela 2.

A implantação do Plano Real, em 1994, como um plano de estabilização monetária, foi fundamentada na chamada "âncora cambial", acarretando uma deteriorização da balança comercial. A balança comercial, que era superavitária, passou, de imediato, a ser deficitária em função da valorização da moeda como forma de combater a inflação. A manutenção dessa "âncora" prolongou-se até 1999, quando o governo foi forçado a adotar um câmbio com flutuação suja. Nos dois primeiros anos da mudança cambial, o resultado sobre a balança comercial foi tímido. Já no biênio 2001-2002, com um novo patamar cambial, os resultados da balança começam a melhorar. Entretanto, essa melhora no saldo comercial se deu mais pela diminuição das importações do que por um aumento das exportações. A partir de 2003, as exportações começaram sua trajetória ascendente, contribuindo para que as transações correntes fechassem positivas, como pode ser visto na Tabela 3. Assim, o atual governo recebeu como "herança" o bônus dessa mudança cambial de 1999.

Tabela 3
Balança Comercial, Brasil, 1999 - 2005 — **FOB US$ milhões**

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1999	48.011	49.210	-1.199
2000	55.085	55.783	-698
2001	58.222	55.572	2.650
2002	60.321	47.240	13.081
2003	70.084	48.290	21.794
2004	96.475	62.834	33.641
2005	118.308	73.551	44.757
2006	137.471	91.394	46.077

Fonte: MDIC

Tabela 2
Balança de Pagamentos - Transações Correntes, Brasil: 1999 - 2006* — **US$ milhões**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Transações Correntes	-25.335	-25.225	-23.215	-7.637	4.177	11.738	14.199	13.182
Balança Comercial	-1.199	-698	2.650	13.121	24.794	33.666	44.757	41.084
Serviços e Rendas	-25.852	-25.048	-27.503	-23.148	-23.483	-25.197	-34.115	-31.859
Transf. Unilateral	1.689	1.521	1.638	2.390	2.867	3.268	3.558	3.956

Fonte: Bacen
* Dados acumulados até novembro

Essa reversão das contas externas, como já fora apontado neste artigo, é fruto muito mais do cenário externo extremamente favorável do que de alguma atitude ou medida tomada internamente. Isso fica claro quando se analisa o perfil da inserção externa do Brasil no comércio mundial. A alta recente das cotações das *commodities* exportadas pelo Brasil, fruto de uma demanda aquecida e vinculada ao crescimento mundial, em especial ao da China e dos Estados Unidos, corroboram com a hipótese de que o cenário internacional é quem vem determinando a dinâmica externa brasileira.

Uma análise mais consistente sobre o processo de inserção externa do Brasil deve levar em consideração tanto o saldo comercial, como as exportações e importações. Para tanto, utilizando-se de um novo critério de classificação das exportações e importações por intensidade tecnológica, fica evidente que a inserção do Brasil no comércio mundial mostra-se "passiva", com viés para uma "especialização regressiva", isto é, o Brasil não está se inserindo no comércio como protagonista em setores dinâmicos da economia, como poderá ser observado no Gráfico 2.

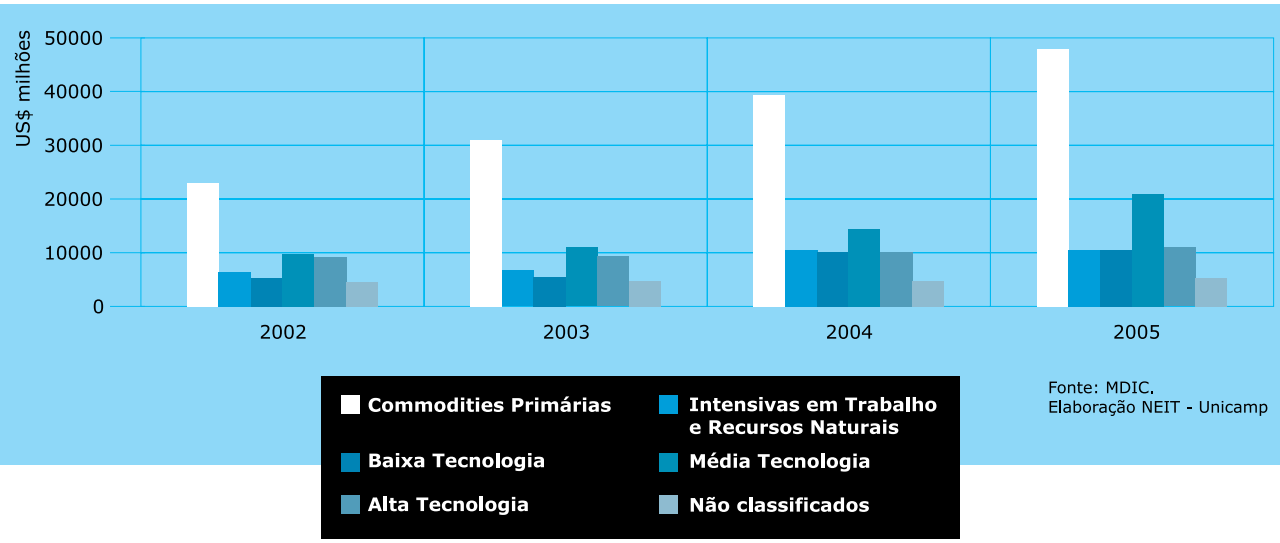
A pauta de exportação brasileira continua concentrada em *commodities* agrícolas e produtos industriais intensivos em mão-de-obra ou com baixa intensidade tecnológica. Nesse sentido, não tem havido nenhuma mudança significativa no padrão de inserção do Brasil nesse comércio – com exceção da Embraer, que tem componentes de alta tecnologia e que vem contribuindo de forma significativa no saldo comercial desde

A pauta de exportação brasileira continua concentrada em *commodities* agrícolas e produtos industriais intensivos em mão-de-obra ou com baixa intensidade tecnológica

1999 (PINHEIRO, 2006). Dessa forma, podemos verificar, no gráfico a seguir, como se comportaram as exportações brasileiras por conteúdo tecnológico.

Quando se faz uma abordagem setorial, percebemos que dentro da categoria commodities, os destaques são os setores de extração mineral e agropecuária, que estão sendo beneficiados pelo aumento da demanda externa, o que eleva o seu preço. No grupo de baixa intensidade tecnológica, desponta como o setor mais relevante a siderurgia, que também conta com um aumento da demanda internacional, em especial da China. No setor de alta tecnologia, o segmento líder é o de "peças e outros veículos" que tem relação estreita com a exportação de aviões pela Embraer, empresa que é um exemplo de inserção externa, que foi alcançado mediante "o fortalecimento do binômio empresa nacional (Embraer/fornecedores locais)/ planejamento público (desenvolvimento tecnológico e de financiamento)" (COUTINHO; HIRAKUTA; SABBATINI, 2003, p.32).

Gráfico 2
Exportações por conteúdo tecnológico, Brasil: 2002 - 2005



Fonte: MDIC.
Elaboração NEIT - Unicamp

No grupo de média intensidade tecnológica, o destaque fica para setor de "veículos automotores" e "máquinas e tratores". Com relação ao primeiro, observa-se que esse é dominado por grandes empresas transnacionais, onde o que determina a inserção externa do País são suas estratégias, deixando o Estado numa posição de subordinação relativa. Desta forma, os ganhos com exportação desse segmento estão muito mais relacionados com as estratégias que essas empresas adotam do que com medidas de foro interno.

Cabe destacar também que essas empresas estão tendo como estratégia a utilização do Brasil como uma plataforma de exportação para os demais países do Mercosul, bem como para o resto da América Latina. Desse modo, como a economia brasileira não dá sinais de crescimento de forma sustentada, essas empresas trocam a demanda interna, desaquecida, pelas exportações.

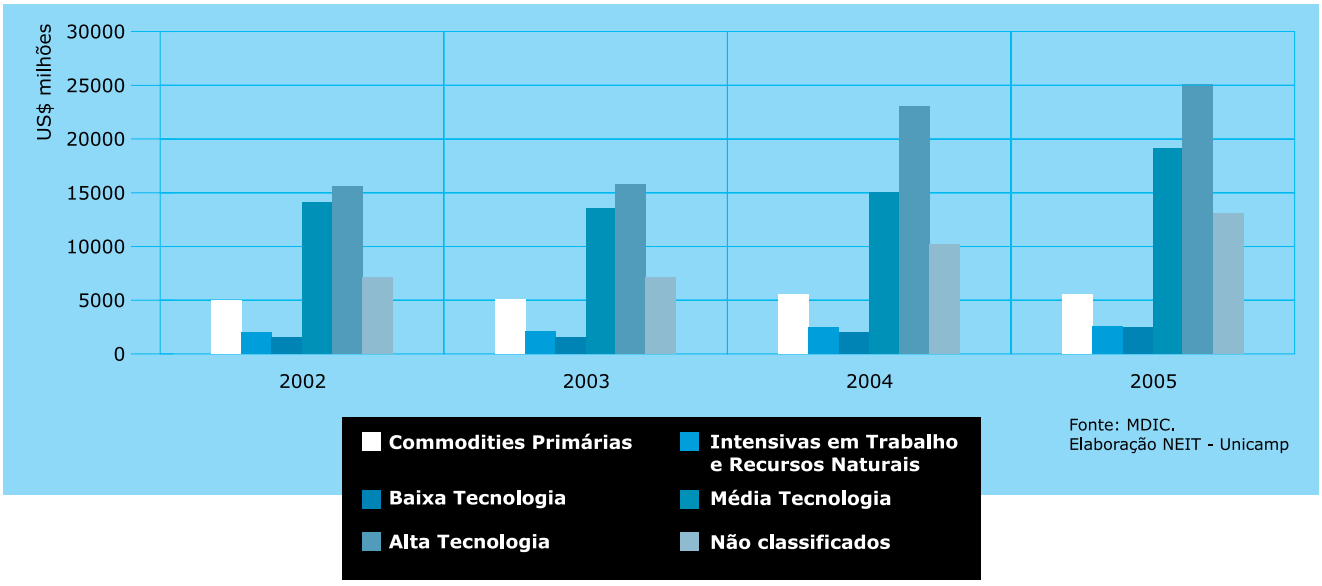
Dessa forma, torna-se evidente que a inserção externa brasileira mostra-se extremamente dependente do mercado internacional, que, para alguns, se caracteriza por ser uma inserção passiva e, para outros, regressiva. Isso fica claro na passagem a seguir:

> Se por um lado, a pauta exportadora brasileira revelou-se funcional dadas as características da expansão econômica da China, o patamar inusitadamente alto dos preços das *commodities* e a recuperação sincronizada da economia e do comércio mundial no período 2002-2005 (resultando, inclusive, no aumento do *market-share* do país nas importações mundiais), por outro lado a manutenção da importância do grupo de *commodities* primárias na pauta de exportação brasileira reproduz as fragilidades estruturais desta pauta. Este grupo, que mais contribui para o desempenho exportador brasileiro, foi o que menos contribuiu para o desempenho exportador mundial e para o dinamismo exportador de países em desenvolvimento como Índia, China e México (Sarti; Sabbatini, 2003 *apud* Prates, 2006 p 142).

O que se pode observar é que as exportações brasileiras estão crescendo, especialmente nos setores de menor dinamismo e naqueles que menos contribuem para a expansão do comércio mundial. Além disso, o fato de o crescimento das importações chinesas caminharem em direção a uma importação com maior valor agregado pode prejudicar o Brasil, em função dos fortes vínculos entre esses países no setor de *commodities*. Isso fica claro, quando a China começa a comprar pelo mundo afora empresas siderúrgicas e já produz ¾ do seu consumo interno (PUGA, 2005, p. 12).

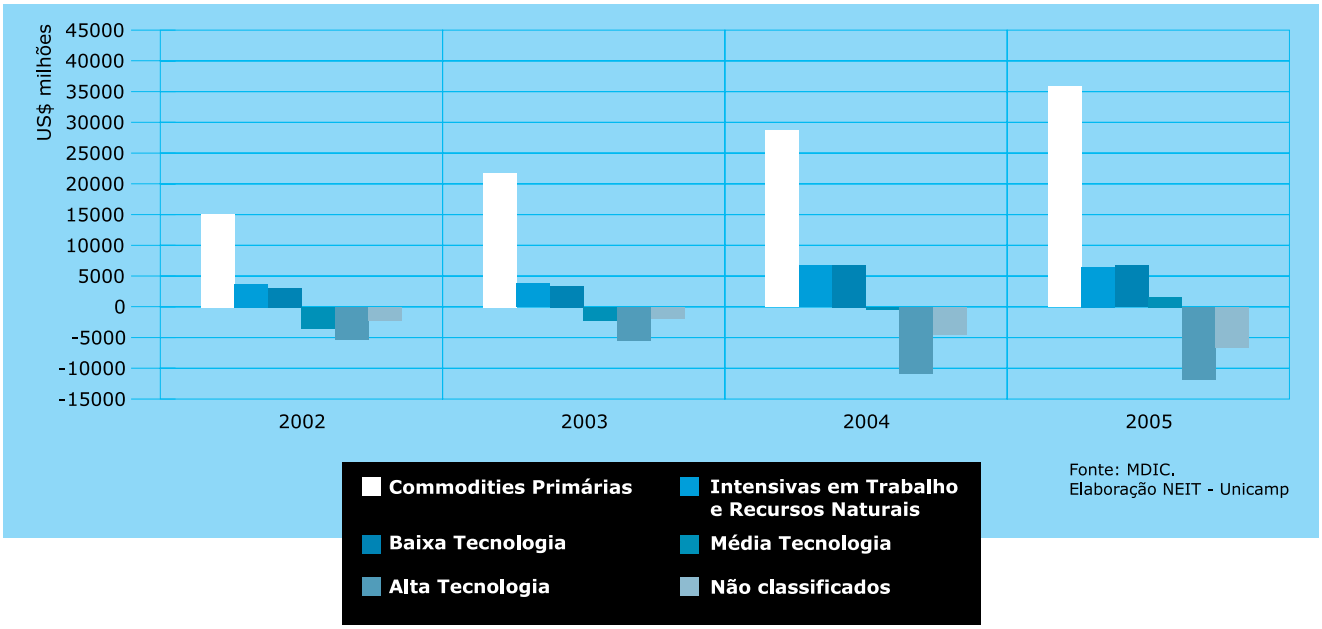
Na pauta de importação brasileira, as análises se invertem: o país que exporta produtos com baixo valor agregado, agora importa produtos com um valor agregado maior, pois são produtos concentrados na categoria de média e alta intensidade tecnológica. A participação desses produtos no total importado vem se mantendo constante ao longo dos últimos oito anos, ou seja, mantém-se em torno de 60% das importações, como pode ser observado nos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3
Importações por conteúdo tecnológico, Brasil: 2002 - 2005



Fonte: MDIC.
Elaboração NEIT - Unicamp

Gráfico 4
Saldo Comercial por conteúdo tecnológico, Brasil: 2002 - 2005



Fonte: MDIC.
Elaboração NEIT - Unicamp

Com isso, é possível concluir que quando se analisa, sob uma ótica de intensidade tecnológica, o padrão de inserção externa brasileiro, percebe-se que somos superavitários no setor de *commodities* e de conteúdo de baixa intensidade tecnológica, além dos setores intensivos em mão-de-obra, como ilustra o Gráfico 4.

Dessa forma, como nossa pauta de exportação é concentrada em *commodities*, e esse produto é suscetível às mudanças no cenário internacional, qualquer mudança no ritmo do crescimento da economia mundial, certamente diminuirá esse ímpeto exportador, fato que poderia ser amenizado caso o Brasil adotasse uma outra estratégia de inserção externa: mais ativa e menos regressiva.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Dados consolidados:* balança de pagamentos. Disponível em: http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dados consolidados. Disponível em: <http://www.midic.gov.br.> Acesso em: 28 dez. 2006.

CARNEIO, R. *Desenvolvimento em crise*: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp/IE; Unicamp, 2002.

COUTINHO, L; HIRATUKA, C; SABBATINI, R. *O desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora*. In: SEMINÁRIO BRASIL EM DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

PINHEIRO, B.R. Setor externo brasileiro e liberalização financeira: uma abordagem pela ótica dos grandes grupos econômicos. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, set. 2006.

PRATES, Daniela Prates. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n.7, nov./abr.2006.

PUGA, F.P. *A inserção do Brasil no comercio mundial*: o efeito China e potenciais de especialização das exportações. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, out. 2005. (Texto para discussão, 106).

SICSÚ, João. Rumos da liberalização financeira brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 3 (103), p. 364-380, jul./set.2006.

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.
Informações: **www.sei.ba.gov.br**

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO DA Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento

Comportamento setorial do emprego industrial na Bahia – 2002/2006

Carla Janira Souza do Nascimento*

A liberalização comercial, a reestruturação produtiva e a desconcentração regional da indústria provocaram modificações na composição do emprego industrial no Brasil, ao longo da década de 1990. No entanto, também o comportamento da conjuntura econômica afeta o desempenho do mercado de trabalho industrial.

Do ponto de vista conjuntural, as políticas econômicas adotadas no país, a partir da década de 1980, com intuito de combater a inflação e frear a forte recessão, reduziram o ritmo de crescimento da economia, desencadeando baixos índices de investimentos nas atividades produtivas.

Do lado estrutural, as mudanças verificadas na economia brasileira foram ocasionadas principalmente pelo processo de abertura comercial desencadeado a partir do Plano Real. Com intuito de obter ganhos de produtividade, ocorreu no início da década de 1990 o processo de reestruturação e enxugamento da estrutura produtiva do setor industrial. O aumento da produtividade reflete o ajuste de custos feito pelo setor para compensar a valorização do câmbio e enfrentar a concorrência dos produtos importados.

Conforme Gonzaga e Corseuil (1997, p. 2),

> O novo ambiente econômico, de estabilidade macroeconômica e de maior competição e integração internacional, transformou os padrões de competitividade aos quais as empresas brasileiras estavam acostumadas, exigindo fortes ajustes dos seus métodos de produção. A resposta das empresas do setor industrial a este novo ambiente, desde o início da década de 90, tem sido a adoção crescente de técnicas de produção poupadoras de custos e baseadas em mão-de-obra menos rígida (via terceirização e downsizing, por exemplo).

O objetivo deste artigo é analisar o desempenho do emprego industrial a partir de 2002. Analisa-se a evolução do nível e da estrutura do emprego no setor industrial do País e do estado da Bahia. Com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), divulgados pelo IBGE a partir de dezembro de 2000, pode-se analisar o comportamento conjuntural de algumas variáveis do mercado de trabalho industrial – pessoal ocupado assalariado e folha de pagamento real – no Brasil, em regiões e alguns estados selecionados, por setores de atividade. No presente artigo, a análise que se segue trata desses resultados para os anos de 2002 a 2006, ressaltando-se principalmente o desempenho do emprego industrial no estado da Bahia. A Pesquisa Industrial Anual (IBGE)[1] também será utilizada com o fim de compreender a posição dos setores dentro da estrutura industrial com relação à ocupação.

Análise estrutural: 2002/2005

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário mostram que o emprego industrial geral (transformação e extrativa mineral) aumentou 1,54% no Brasil entre 2002 e 2005, para o Nordeste e Bahia, neste mesmo período, as taxas foram de 1,82% e -0,56%, respectivamente. Considerando apenas a indústria de transformação (ou ainda, excluindo-se a indústria extrativa mineral), o nível de pessoal ocupado obteve incremento de 1,41% e 2,12%, respectivamente, para Brasil e Nordeste, enquanto que o estado da Bahia registrou taxa de 0,04%.

Setorialmente, no Brasil, os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no nível de emprego no período foram: coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (48,15%), alimentos e bebidas (22,25%), fabricação de meios de transportes (19,72%), máquinas e equipamentos – exclusive elétricos eletrônicos, de precisão e de comunicações (18,84%) e metalurgia básica (13,17%). Em sua maioria, esses segmentos são da indústria de bens intermediários.

* Economista e técnica da SEI.

[1] A Pesquisa Industrial Anual está disponível para os anos de 1996 a 2004.

No estado da Bahia, os segmentos que acumularam as maiores taxas de crescimento no período foram: máquinas e equipamentos, exclusive elétricos eletrônicos, de precisão e de comunicações (71,23%), calçados e couro (50,59%), refino de petróleo e produção de álcool (33,32%), fumo (32,35%) e fabricação de meios de transporte (24,21%).

Para o ramo de máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações, o incremento significativo no pessoal ocupado é observado a partir de 2004, quando apresentou taxa de 18,10%, em 2005, a taxa foi de 48,80%.

Outro segmento que apresentou crescimento significativo nos últimos dois anos foi o de meios de transporte, atribuído à implantação do complexo automotivo no estado.

No caso dos segmentos de calçados e couro, refino de petróleo e produção de álcool e fumo, o incremento de postos de trabalho não se deu apenas recentemente, mas desde 2002.

O aumento no nível de emprego, mais especificamente nos segmentos de veículos, fumo e calçados deu-se pela política de incentivos do governo estadual, quando foram realizados diversos investimentos, principalmente nos setores de bens finais.

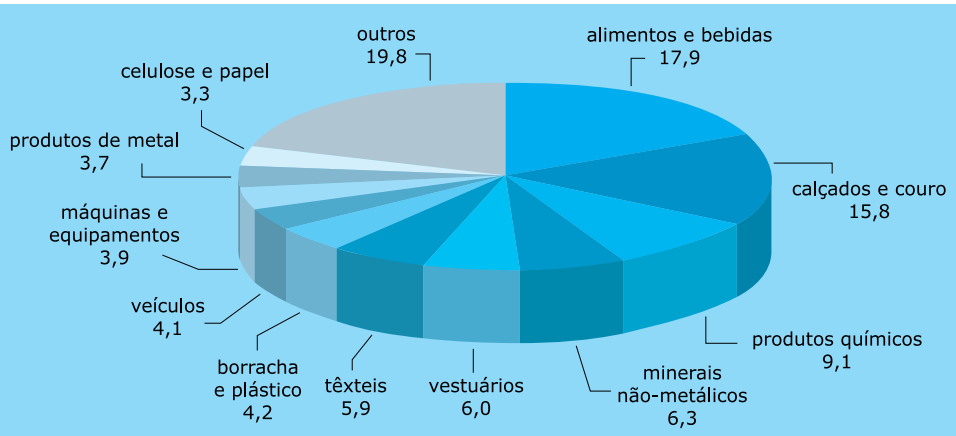
No caso do segmento de refino, o aumento dos postos de trabalho deu-se pela ampliação da Refinaria Landulpho Alves, em 2001 e, mais recentemente, os novos contratos devem-se às sucessivas paradas que demandam mão-de-obra especializada para manutenção das unidades da refinaria.

Outro segmento que apresentou crescimento significativo nos últimos dois anos foi o de meios de transporte, atribuído à implantação do complexo automotivo no estado

Os dados da Pesquisa Industrial Anual (IBGE) confirmam essas mudanças do emprego industrial, pois se pode constatar que, considerando-se os anos de 1996 e de 2004, ocorreu uma pequena mudança na estrutura dos empregos por segmento de atividade no estado da Bahia. Em ambos os períodos, o segmento de alimentos e bebidas assume a primeira posição no ranking de empregos do setor de transformação industrial. No entanto, o gênero de couro e calçados, que possuía uma participação reduzida em 1996 (1,42%), assume a segunda posição em 2004 (15,79%), desbancando o setor de produtos químicos (9,09%). Na quarta, quinta e sexta posição, como ilustrado no Gráfico 1, estão os setores de produtos de minerais não-metálicos (6,33%), vestuário (5,96%) e têxteis (5,86%).

Os fatores que influenciaram essas mudanças estruturais foram: o processo de relocalização industrial, com a transferência de empresas do Sul/Sudeste para o estado da Bahia; a descoberta de novos poços de petróleo no estado, abrindo novos postos de trabalho;

Gráfico 1
Participação da população ocupada assalariada, Bahia: 2004



Fonte: IBGE Pesquisa Industrial Anual, 2004

e a instalação de novos empreendimentos do segmento de bens finais, como por exemplo, a instalação dos segmentos calçadista e automotivo.

O aumento no número de empregados no segmento calçados e couro iniciou-se em 1999, com a instalação de novas unidades fabris vindas de outros estados, atraídas por incentivos fiscais. As novas empresas instalaram-se principalmente no interior do estado, onde a mão-de-obra é abundante e mais barata. Dado o seu caráter intensivo em mão-de-obra, é significativo o número de postos de trabalho abertos por este setor.

No setor de meios de transportes, não se observa a partir dos dados das pesquisas em análise, mudanças no comportamento do emprego, nos anos de 2000 a 2001, período em que este instala-se no estado, isto porque, por conta da metodologia das pesquisas, novas indústrias instaladas não aparecem de imediato na amostra. Segundo dados da PIA, a participação deste segmento na indústria de transformação fica em torno de 4,09%, no ano de 2004, ocupando a nona posição entre os 24 segmentos listados. E, em 1996 este segmento ocupava a 19ª posição, com taxa de 2,73%.

O segmento de produtos químicos tem apresentado sucessivas reduções de empregados acumulando entre 2002 e 2005, taxa negativa de 25,50%, conforme dados da PIMES. Como o setor petroquímico baiano tem na indústria nacional de bens finais seu principal mercado, o segmento sofreu com a crise de demanda por produtos acabados, ocorrida em 2003. Por outro lado, a recente reestruturação do setor petroquímico baiano (NASCIMENTO, 2001), caracterizado por um processo de modernização organizacional que ocasionou, de certa forma,

Como o setor petroquímico baiano tem na indústria nacional de bens finais seu principal mercado, o segmento sofreu com a crise de demanda por produtos acabados, ocorrida em 2003

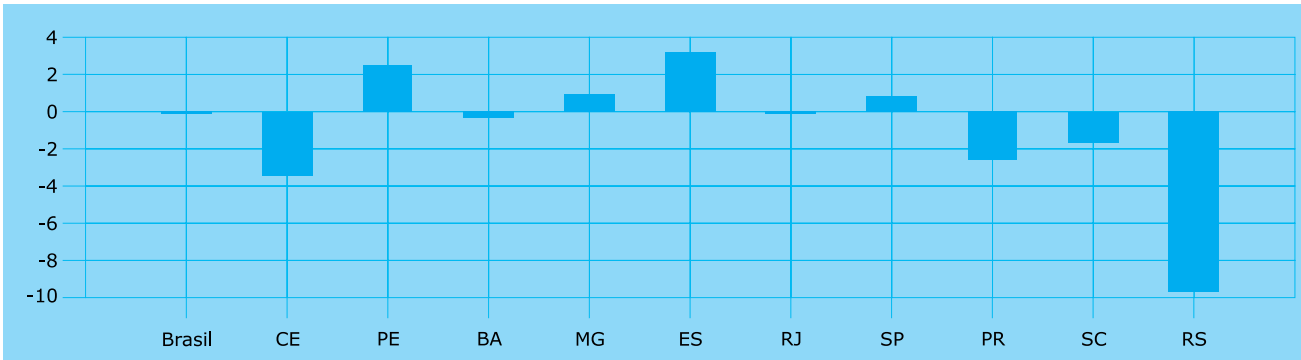
crescimento da produtividade, provocando nova redução no número de empregados do setor (SABÓIA, 2001).

Análise conjuntural: janeiro a novembro de 2006

Os indicadores do emprego industrial apresentados pela PIMES mostraram resultados pouco significativos, no acumulado do ano de 2006 até novembro, apesar do ritmo de crescimento da atividade industrial. O Brasil acumula decréscimo de 0,18% no número de pessoas ocupadas assalariadas no setor industrial, nesse período, em relação ao mesmo período do ano de 2005.

Entre as cinco regiões pesquisadas, destaca-se o aumento no contingente de trabalhadores apenas do Norte e Centro-Oeste (9,44%) e do Sudeste (0,71%), no acumulado do ano até novembro. Entre os dez estados pesquisados, como indicado no Gráfico 2, apenas quatro apresentaram resultados positivos: Espírito Santo (2,76%), Pernambuco (2,15%), Minas Gerais (0,78%) e São Paulo (0,72%).

Gráfico 2
Pessoal ocupado assalariado na indústria geral*
Brasil e unidades da federação
Novembro 2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários
* Taxa de crescimento acumulada no ano

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2006, o estado da Bahia reduziu o número de empregados na indústria em 0,34%, o que pode ser considerado como manutenção no nível de emprego industrial. Nesse mesmo período, em 2005, observou-se um acréscimo de 2,5%. No Nordeste, a redução de postos de trabalho chega a 1,06% neste mesmo período.

A performance do mercado de trabalho industrial reflete o desaquecimento da economia brasileira, desestimulada pelas elevadas taxas de juros mantidas pela atual política econômica. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (IBGE), a produção da indústria geral no Brasil cresceu 3,1% no período compreendido entre janeiro e novembro de 2006. No Nordeste houve aumento de 4,0% e, no estado da Bahia, a produção cresceu 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quando se analisa o nível de emprego industrial no País, por setor de atividade, alimentos e bebidas (7,9%), refino de petróleo e produção de álcool (14,7%) e máquinas, aparelhos eletrônicos e de comunicações (4,1%) foram os setores com impacto mais relevante entre os sete que cresceram. E, em oposição, estão as pressões negativas de outros produtos da indústria de transformação que caiu 0,21% destacando-se calçados e couro (-13,1%), máquinas e equipamentos (-6,9%) e vestuário (-5,4%).

O desempenho do segmento de alimentos reflete o aumento das vendas de *commodities* agrícolas para o mercado externo, fator que beneficia a manutenção dos empregos. Por outro lado, a defasagem cambial observada desde 2004 tem causado efeitos nefastos no segmento de calçados e couro, intensificando o número de demissões. Soma-se a isto a acirrada concorrência dos calçados chineses.

Segundo relatório do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2006, p. 1),

> os setores que vêm liderando a fraca expansão industrial brasileira empregam relativamente pouco (extrativa mineral, açúcar e álcool e setores mais intensivos em tecnologia, como informática), ao passo que setores mais empregadores, mais disseminados regionalmente e com maior poder de difusão ainda vivem uma crise (vestuário, têxtil, calçados e couros, madeira e máquinas e equipamentos para agricultura).

Na Bahia, setorialmente, a indústria extrativa registrou aumento dos postos de trabalho de 1,34% e a indústria de transformação reduziu o número de empregos em 0,45%, no período de janeiro a novembro de 2006. Para o ano de 2005, esses resultados foram de -6,04 e 3,05%, respectivamente. Entre os segmentos da indústria de transformação destacam-se o aumento de postos de trabalho nas indústrias de máquinas e equipamentos, exclusive eletrônicos, elétricos, de precisão e comunicação (14,47%), alimentos e bebidas (5,37%) e calçados e couro (5,95%). As maiores baixas foram registradas nos segmentos de produtos químicos (-8,24%), borracha e plástico (-11,82%), produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-10,59%) e vestuário (-8,63%).

As expectativas são de que a partir de 2007 os empresários industriais aumentem os postos de trabalho na indústria. Em um primeiro momento ampliam-se o número de horas trabalhadas, esperando um aumento no nível de estoques. Mas a tendência é de que sejam ampliados os postos de trabalho, caso a situação mantenha-se neste nível.

Referências

GONZAGA, G.; CORSEUIL, C. H. L. Emprego industrial no Brasil: análise de curto e longo prazos. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402001000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Emprego industrial: a variação no trimestre foi nula. *Análise IEDI*. 13 dez. 2006. Disponível em: <http//www.iedi.org.br>. Acesso em: 18 dez. 2006.

NASCIMENTO, Carla Janira Souza do. Emprego industrial na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 111, p. 3-5, ago. 2003.

_____. Indústria petroquímica: novo processo de reestruturação. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 88, p. 3-5, set. 2001.

SABÓIA, João. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/emprego_industrial_no_brasil_situacao_atual_e_perspectivas_para_o_futuro.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2006.

Ampliações concentram 51,5 % dos investimentos industriais previstos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizam um volume da ordem de R$ 12,4 bilhões agregando 523 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Analisando os investimentos quanto à situação, verifica-se que 51,5% estão em ampliações de unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R$ 6,4 bilhões alocados em 109 projetos. Enquanto que aproximadamente 48,3% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos na ordem de R$ 6,0 bilhões em 414 projetos.

No que se refere ao complexo de atividade econômica, observa-se que os complexos Madeireiro (35%) e Químico-Petroquímico (20%) respondem por 55% dos investimentos industriais previstos, perfazendo R$ 6,8 bilhões em 123 projetos. Os demais agregam por R$ 5,6 bilhões, distribuídos em 400 projetos, notadamente no complexo Agroalimentar, com participação de 11,1%.

No que tange à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, infere-se que os eixos Metropolitano e Extremo Sul concentram 76% dos investimentos previstos, representados num volume de R$ 9,4 bilhões, respondendo por 55% dos projetos (287). Os demais eixos são responsáveis por um montante da ordem de R$ 3,0 bilhões alocados em 236 projetos.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 70.727 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (39%) e Grande Recôncavo (19%) absorvem aproximadamente 58% dos empregos, ou 41.100 novos postos. Os restantes respondem por 42% dos empregos, especialmente o eixo Mata Atlântica, que responde por 12% dos empregos (8.306 novos postos).

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se a Nutriara Alimentos Ltda, a Marinho Indústria e Comércio Têxtil Ltda, a Braspenco Indústria de Compostos Plásticos Ltda. e a Nestlé Nordeste Alimentos e Bebidas Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006 - 2010

Complexo	Volume (R$ 1.000,00)	Nº projetos
Agroalimentar	1.374.166	87
Atividade mineral e beneficiamento	983.359	29
Calçados/Têxtil/Confecções	1.015.665	65
Complexo madeireiro	4.346.666	21
Eletroeletrônico	238.800	66
Metal-mecânico	497.722	47
Químico-petroquímico	2.446.291	102
Reciclagem	1.156	1
Transformação petroquímica	824.469	94
Outros	658.390	11
Total	**12.386.684**	**523**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC-SEI
Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/06

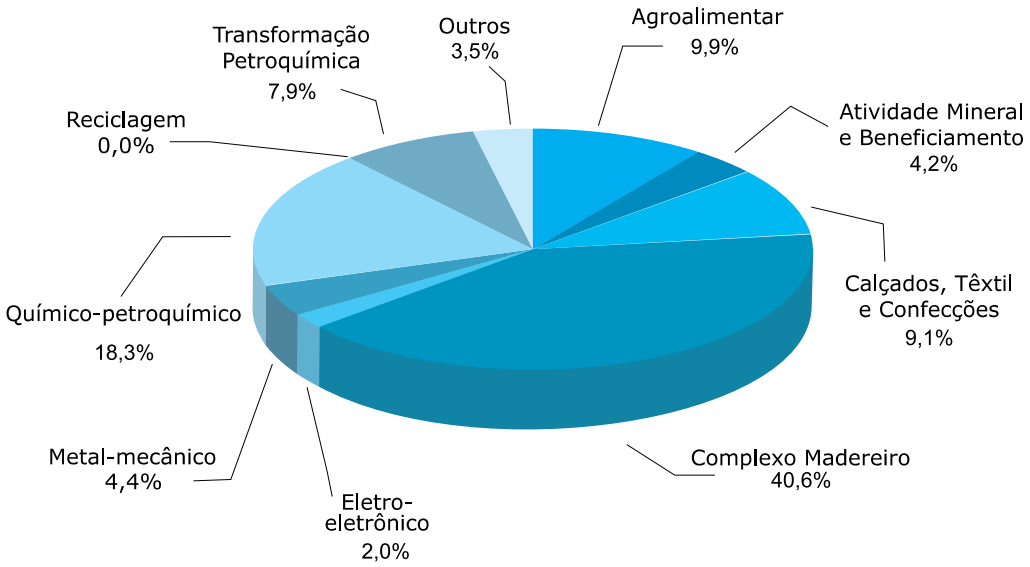
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006 - 2010

Eixo	Volume (R$ 1.000,00)	Nº projetos
Baixo Médio São Francisco	50.439	8
Chapada Norte	87.191	11
Chapada Sul	4.890	4
Extremo Sul	3.377.521	17
Grande Recôncavo	512.864	78
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	725.755	55
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	6.013.865	270
Nordeste	41.860	8
Oeste do São Francisco	274.948	7
Planalto Central	295.878	3
Planalto Sudoeste	336.231	45
A definir	640.050	14
Total	**12.386.684**	**523**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC-SEI
Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/06

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

Saiba como os espaços e recursos naturais do Estado são explorados

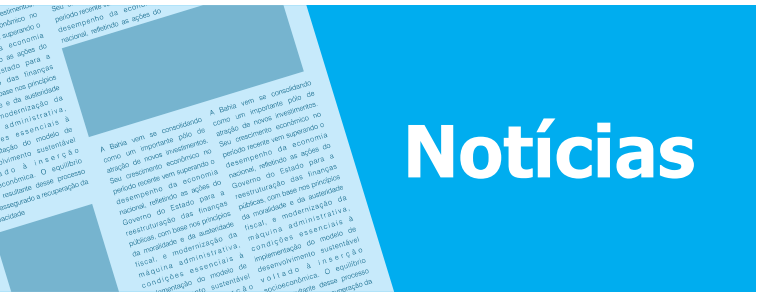
SEP 74

USO ATUAL DAS TERRAS – BACIAS DOS RIOS ITAPICURU, VAZA-BARRIS E REAL

As formas de apropriação da terra pelo homem, com as dinâmicas e pressões exercidas sobre os recursos naturais são o tema da próxima SEP. Visando manter atualizadas as informações referentes à ocupação do território baiano, a publicação abrange três bacias hidrográficas do Estado, abordando as atividades agro-silvo-pastoris, o contexto econômico e social, a absorção de mão-de-obra, a degradação do ambiente e outras formas de uso do solo, como mineração, turismo e indústria.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO DA Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento



Notícias

Negócios

Novas fábricas se instalaram em Feira de Santana

Em visita a Feira de Santana, o governador Paulo Souto cumpriu uma agenda cheia. A pauta incluiu a assinatura de protocolo de intenções para implantação de quatro fábricas e uma visita a duas empresas já instaladas na cidade. Souto também esteve no antigo Casarão, que foi recuperado e que, no passado, deu origem à cidade de Santana dos Olhos d'Água, hoje Feira de Santana. E mais: inaugurou sistema integrado de distribuição de água e entregou títulos de terra a famílias da área rural.

Finalizando a série de compromissos em Feira, o governador participou da inauguração da fábrica de pneus Standard Tyres Indústria de Borrachas e Polímeros Ltda. e autorizou o início do processo de licitação para a realização de obras de urbanização no bairro Anchieta. As quatro fábricas previstas no protocolo de intenções são a Belgo Siderurgia S/A (investimento estimado em R$ 20 milhões), a BMB-Belgo Mineira Bekaert Artefatos de Arames Ltda. (R$ 35 milhões), a Nutriara Alimentos Ltda. (R$ 15 milhões) e a Pepisco do Brasil Ltda. (US$ 10 milhões). Juntas, elas serão responsáveis pela geração de 485 empregos diretos e 460 indiretos.

A Belgo Siderurgia fabricará laminados e trefilados de aço para a construção civil, com capacidade de produzir 100 mil toneladas de produtos e 120 mil toneladas de sucatas por ano. A Pepisco, por sua vez, produzirá alimentos industrializados. Já a BMB-Belgo Mineira Bekaert e a Nutriara Alimentos fabricarão produtos trefilados de aço para o reforço de pneus e mangueiras e rações para animais, respectivamente. A Bekaert tem capacidade para produzir 15 mil toneladas por ano, enquanto que a Nutriara é capaz de alcançar a marca de 66 mil toneladas anuais.

Houve a inauguração da fábrica Standard Tyres Indústria e Comércio de Borrachas e Polímeros Ltda., destinada à produção de pneus para veículos de carga. Com um investimento de R$ 8,2 milhões, a empresa tem capacidade de produção de 30 mil unidades anuais e deve gerar 120 empregos diretos.

Feira de Santana ganha nova fábrica e mais quatro serão implantadas. Diário Oficial, 12/12/06.

Investimentos de R$ 3,7 bi estão previstos para a Bahia

A Bahia continua entre os estados do Brasil com maior volume de investimentos em novos projetos industriais. Em 2006, foram anunciados empreendimentos que vão resultar na aplicação de recursos da ordem de R$ 3,7 bilhões, e as estimativas da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) indicam a possibilidade de criação de mais de sete mil novos empregos diretos. O ano também foi marcado pelo início das atividades de grandes empreendimentos, como a Continental, Rigesa e Minuano. As estimativas preliminares indicam que, até 2010, a Bahia deverá receber investimentos, na área industrial, de mais de R$ 20,7 bilhões, através de 440 projetos, em diversos municípios.

Entre as principais indústrias que já estão se instalando ou ampliando a sua capacidade de produção no estado encontram-se a Suzano Papel e Celulose, Nestlé, Avipal Nordeste, Pepsico, Brasil Biodiesel, Norsa Refrigerantes e Petrobras. A estatal do petróleo investirá, por exemplo, R$ 78 milhões na construção da sua primeira usina de biodiesel em terras brasileiras, a ser implantada no município de Candeias. Mas a maior empresa do Brasil pretende realizar investimentos que devem ultrapassar de US$ 4,77 bilhões (mais de R$ 10 bilhões) nos próximos cinco anos na Bahia. A maior parcela será aplicada na área de exploração e produção, com cerca de US$ 2,1 bilhões. Também deverão ser investidos US$ 1,164 bilhão na produção de gás natural, e a Refinaria Landulpho Alves vai receber mais de US$ 1,12 bilhão, para ampliar a sua capacidade de produção.

A Bahia consolida seus diversos pólos industriais, a exemplo do automotivo, calçadista, petroquímico e de celulose, com empresas estruturantes que atraem dezenas de outras fornecedoras. Os empreendimentos geram oportunidades para implantação de novas indústrias, principalmente de pequeno e médio porte, possibilitando o desenvolvimento de cadeias produtivas.

Novas indústrias anunciam investimentos de R$ 3,7 bi. Correio da Bahia, 02/01/2007.

Indicadores

Estrangeiros investem em imóveis no Brasil e na Bahia

Impulsionado por incentivos fiscais dados pelo governo à construção civil, o crescimento do setor imobiliário passou a contar, neste ano, com investimentos recordes feitos por empresas estrangeiras. Segundo dados do Banco Central, esse segmento é um dos que mais têm recebido aportes de capital externo, em empreendimentos localizados, principalmente, no Nordeste do País. Entre janeiro e novembro, os investimentos estrangeiros nessa área totalizaram US$ 1,352 bilhão, um crescimento de 410% em relação aos primeiros 11 meses do ano passado. Esses números garantiram ao setor imobiliário o sexto lugar na lista dos segmentos que mais recebem capital externo no Brasil, superando setores em que a presença de multinacionais é forte, como o de telecomunicações.

Segundo especialistas dessa área, a redução de tributos que incidem sobre a construção civil e os estímulos à expansão do crédito habitacional dados pelo governo colaboraram para o maior interesse dos investidores -tanto brasileiros quanto estrangeiros por esse setor. No caso dos estrangeiros, porém, esse interesse está relacionado, em parte, ao crescimento do turismo, especialmente no Nordeste. “Muitos estados, como a Bahia, o Rio Grande do Norte e o Ceará, já recebem investimentos estrangeiros destinados a imóveis usados como segunda habitação”, diz o consultor Caio Calfat Jacob, da CJ&N Real Estate Consulting.

A segunda habitação é o nome dado aos imóveis adquiridos por estrangeiros interessados em, regularmente, passar temporadas de férias no Brasil. Embora não existam estatísticas detalhadas sobre o assunto, Jacob afirma que boa parte dos investimentos estrangeiros em imóveis tem origem na Europa, principalmente de Portugal e Espanha - países que, geograficamente, estão mais próximos do Nordeste brasileiro. Ainda segundo Jacob, os estrangeiros também investem em hotéis e áreas de lazer, como campos de golfe, para atrair os turistas europeus para o Brasil. Assim como os investimentos no setor imobiliário, os gastos de turistas estrangeiros em visita ao Brasil também têm atingido níveis recordes. Entre janeiro e novembro deste ano, esses viajantes trouxeram US$ 3,916 bilhões ao País, o maior valor registrado pelo BC nos últimos oito anos.

O consultor afirma ainda que tem recebido, nos últimos meses, consultas de empresas estrangeiras interessadas em investir também na construção de imóveis residenciais voltados para o mercado doméstico em cidades como Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Para José Carlos Martins, vice-presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), o mercado doméstico de imóveis, por sua vez, deve ser impulsionado pela esperada expansão do crédito habitacional no País.

Entre as medidas tomadas pelo governo para estimular a concessão de empréstimos habitacionais, está, por exemplo, a adoção da chamada “TR fixa” - um indexador preestabelecido que pode ser usado para corrigir os financiamentos, no lugar da Taxa Referencial tradicional, que varia diariamente. Para Martins, medidas como essa, aliadas à estabilidade da economia, estimulam as pessoas a tomar empréstimos de prazos mais longos - como os habitacionais-, pois as parcelas a serem pagas são conhecidas desde o momento da liberação do financiamento. O executivo diz, porém, que outras propostas de estímulo ao setor estão sendo discutidas com o governo. Uma delas é a portabilidade, mudança que permitiria ao mutuário transferir o seu saldo devedor de um banco para outra instituição financeira, em busca de taxas de juros mais vantajosas.

Estrangeiro investe 410% mais em imóveis no Brasil. Tribuna da Bahia, 29/12/2006.

Ação Governamental

Protocolo assinado por governador beneficiará comunidades carentes

O governador Paulo Souto participou, em Roma, na Itália, de um encontro com a direção de uma das três maiores centrais sindicais da Europa, a União Italiana do Trabalho (UIL), para discutir projetos de qualificação para o trabalho, microcrédito e economia solidária. Na ocasião firmou com a UIL um protocolo de intenções para cooperação técnico-financeira em atividades de formação profissional e de fortalecimento da Rede de Economia Solidária no estado. Com duração de quatro anos, o acordo busca favorecer a inclusão social e a sustentabilidade econômica das comunidades humildes.

As ações fazem parte do Projeto SUD, que desde 2002 trabalha em conjunto com o governo da Bahia, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), no apoio ao artesanato mineral

e à cerâmica artística. O protocolo leva em conta a disposição da UIL de fortalecer suas ações na Bahia e o interesse do Governo do Estado em ampliar os programas de capacitação profissional e geração de trabalho e renda para as populações humildes.

A Bahia, inclusive, vem mantendo uma relação muito positiva com as entidades italianas. Através de um acordo assinado entre o Governo do Estado e a Presidência da Região da Lombardia, na Itália, foi aprovada em 2002 a concessão de aportes financeiros para a realização de atividades de apoio e desenvolvimento do programa de artesanato mineral do estado.

Governo firma protocolo para beneficiar comunidades carentes. Diário Oficial, 12/12/2006.

UNIÃO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.977, de 01 de dezembro de 2006 – Regulamenta o Art. 3º, caput e § 1º, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a aplicação, às parcerias público-privadas, do Art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e do Art. 31 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, a serem utilizados em modelagens de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública federal, e dá outras providências.

Decreto nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006 – Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Decreto nº 5.983, de 12 de dezembro de 2006 – Amplia os valores constantes dos Arts. 4º e 5º do Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006, e altera os Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

Decreto nº 5.985, de 13 de dezembro de 2006 – Promulga a Decisão nº 24/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que aprova o Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - FOCEM, adotado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005.

Decreto nº 5.987, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a compensação da Cide-Combustíveis por pessoas jurídicas importadoras ou adquirentes de hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou diesel.

Decreto nº 5.988, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o Art. 31 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que instituiu depreciação acelerada incentivada e desconto da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no prazo de doze meses, para aquisições de bens de capital efetuadas por pessoas jurídicas estabelecidas em microrregiões menos favorecidas das áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM.

Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006 – Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, e dá outras providências.

Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e o Art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, para as operações contratadas sob a égide do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

Decreto nº 6.000, de 26 de dezembro de 2006 – Promulga a Convenção entre os Governos da República Fe-

derativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, celebrada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.

Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006 – Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o Art. 212, § 5º, da Constituição, e as Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Decreto nº 6.007, de 29 de dezembro de 2006 – Prorroga a validade dos restos a pagar, inscritos no exercício financeiro de 2005.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 334, de 19 de dezembro de 2006 – Autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA a efetuar doação de área ao Governo do Estado do Amazonas, objeto de ocupação, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, para atender ao interesse público e social.

Medida provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006 – Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física, dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dispõe sobre a redução a zero da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona, altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; 11.128, de 28 de julho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI, e 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), prorroga o prazo de que trata o Art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, e dá outras providências.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.420 de 20 de dezembro de 2006 – Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.

Lei nº 11.430 de 26 de dezembro de 2006 – Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da previdência social; e revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e a Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003.

Lei nº 11.434 de 28 de dezembro de 2006 – Acresce Art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia; altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.

Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

Leis Complementares

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Mensagem de veto.

Gabinete do Ministro da Fazenda

Portarias

Portaria nº 425, de 28 de dezembro de 2006 – Institui o ano-calendário de 2006, mecanismo de ajuste para fins de determinação de preços de transferência, na exportação, na forma de reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas.

Portaria nº 433, de 29 de dezembro de 2006 – Métodos de aplicação da Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao impos-

tos sobre a renda celebrada pela República Federativa do Brasil com a República da África do Sul.

Secretaria da Receita Federal

Portarias

Portaria nº 1.285, de dezembro de 2006 – Transfere a competência para o julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal de Julgamento.

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 694, de 13 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) e dá outras providências. DOU de 15.12.2006.

Instrução Normativa nº 699, de 22 de dezembro de 2006 – Aprova o Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional da Pesca Jurídica – CNPJ, versão 1.4 (PGD CNPJ 1.4).

Instrução Normativa nº 701, de 27 de dezembro de 2006 – Altera o Anexo à Instrução Normativa SRF nº 80, de 27 de dezembro de 1996, que institui a Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística (NVE).

Instrução Normativa nº 703, de 28 de dezembro de 2006 – Dispõe, para o ano-calendário de 2006, sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência, na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas. D.O.U.: 29.12.2006, edição extra.

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.423, de 01 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre linha de crédito destinada ao financiamento das despesas de custeio de café da safra 2006/2007, ao amparo de recursos do Funcafé.

Resolução nº 3.424, de 21 de dezembro de 2006 – Prorroga o prazo estabelecido no Art. 1º da Resolução 3.402, de 2006, e dispõe sobre a aplicação do contido naquele normativo à prestação dos serviços objeto de convênios ou contratos efetivamente implementados pelas instituições financeiras até 05 de setembro de 2006.

Resolução nº 3.427, de 22 de dezembro de 2006 – Estabelece, como política a ser observada no mercado de valores mobiliários, e como orientação geral das atividades finalísticas da CVM, a adoção de um modelo de regulação e supervisão baseado em risco, com a implantação de um Sistema de Supervisão Baseada em Risco do mercado de valores mobiliários - SBR.

Resolução nº 3.429, de 26 de dezembro de 2006 – CONTINGENCIAMENTO DE CRÉDITO AO SETOR PÚBLICO - Altera os prazos estabelecidos no caput dos Artigos 9º-F e 9º-G da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001 - Programa de Intervenções Viárias - Provias.

Resolução nº 3.431, de 29 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre reprogramação do pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Resolução nº 3.432, de 29 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a concessão de prazo para os agricultores familiares solicitarem o financiamento de investimento para reconversão e revitalização de unidades de produção.

Resolução nº 3.433, de 29 de dezembro de 2006 – Altera a Resolução 3.407, de 2006, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), em face das modificações introduzidas na Lei 11.322, de 2006, por meio da Lei 11.420, de 2006.

Resolução nº 3.436, de 29 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a garantia de preços nos financiamentos de custeio de arroz, feijão, milho, mandioca, soja e leite, concedidos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Circulares

Circular nº 3.332, de 04 de dezembro de 2006 – Define forma de apuração do limite para operações de microcrédito produtivo orientado e critérios para aferição do cumprimento da exigibilidade de aplicação dos depósitos à vista em operações de microcrédito e estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas às mencionadas operações.

Circular nº 3.333 de 04 de dezembro de 2006 – Altera o limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que trata a Resolução 2.606, de 1999.

Circular nº 3.338, de 21 de dezembro de 2006 – Estabelece condições adicionais para o funcionamento e a operacionalização das contas de registro e controle referidas no Art. 1º da Resolução 3.402 e na Resolução 3.424, ambas de 2006.

Circular nº 3.339, de 22 de dezembro de 2006 – Dispõe acerca dos procedimentos a serem observados pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo para o acompanhamento das movimentações financeiras de pessoas politicamente expostas.

Estado

Atos do Poder Executivo

Lei nº 10.547, de 27 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a criação do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia e dá outras providências.

Lei nº 10.548, de 28 de dezembro de 2006 – Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2007.

Decretos

Decreto nº 10.178, de 11 de dezembro de 2006 – Promove o tombamento do bem de valor cultural que indica e dá outras providências.

Decreto nº 10.187, de 21 de dezembro de 2006 – Altera os dispositivos que indica do Regulamento da Lei nº 7.799, de 07 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Decreto nº 7.967, de 05 de junho de 2001, e alterações posteriores.

Decreto nº 10.189, de 26 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a obtenção por meio de sítio na internet do Certificado de Benefícios Previdenciários de pensão e auxílio-reclusão, expedido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto nº 10.190, de 26 de dezembro de 2006 – Atualiza o valor das taxas pelo exercício do poder de polícia e das taxas pela prestação de serviços na área do poder executivo.

Decreto nº 10.191, de 26 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o recolhimento do ICMS devido pelas operações realizadas por contribuintes varejistas no mês de dezembro de 2006.

Decreto nº 10.195, de 27 de dezembro de 2006 – Procede à Alteração nº 83 ao Regulamento do ICMS.

Decreto nº 10.196, de 27 de dezembro de 2006 – Aprova o Regulamento do Sistema Estadual de Administração - SEA e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 444 de 11 de dezembro de 2006 – Altera, para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 448 de 12 de dezembro de 2006 – Prorroga o prazo para abertura de créditos adicionais e para empenho da despesa.

Portaria nº 452 de 14 de dezembro de 2006 – Altera, para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 455 de 18 de dezembro de 2006 – Altera, para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 461 de 20 de dezembro de 2006 – Determina os prazos para pagamento e os valores que servirão de base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2007, e dá outras providências.

Portaria nº 462 de 22 de dezembro de 2006 – Prorroga o prazo para liquidação e pagamento de despesa.

Portaria nº 463 de 26 de dezembro de 2006 – Lista as empresas beneficiadas com a redução de multas e acréscimos moratórios incidentes sobre os créditos tributários do ICMS a que se refere a Lei nº 9.650/2005.

Indicadores Econômicos

Índice de Preços

Índices de Preços
Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Dez/2006

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Dez/05	Dez/06	No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	Abr/92 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,93	0,36	2,50	2,50	358528,0	240,36
Habitação e encargos	1,43	0,20	19,20	19,20	834417,5	667,27
Artigos de residência	-0,22	0,48	-1,10	-1,10	275657,7	230,40
Vestuário	0,87	0,23	-1,58	-1,58	312135,1	183,19
Transporte e comunicação	-0,22	-0,11	4,43	4,43	634232,9	686,39
Saúde e cuidados pessoais	-0,03	0,20	4,69	4,69	622179,5	331,48
Despesas pessoais	0,50	0,25	3,82	3,82	669345,3	383,80
Geral	**0,54**	**0,23**	**3,64**	**3,64**	**474484,5**	**330,64**

Fonte: SEI
[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pequisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Dez/2006

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês[1] (%)	Variação acumulada(%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano[2]	12 meses[3]	
Aracaju	137,61	-5,38	-5,29	-5,29	42,57
Belém	157,16	0,44	0,25	0,25	48,62
Belo Horizonte	171,49	-4,33	-3,05	-3,05	53,06
Brasília	171,85	-1,09	-3,02	-3,02	53,17
Curitiba	167,98	-5,34	-5,05	-5,05	51,97
Florianópolis	168,70	-5,43	-2,33	-2,33	52,16
Fortaleza	132,92	2,82	-0,09	-0,09	41,12
Goiânia	152,44	2,19	2,23	2,23	47,16
João Pessoa	133,88	-1,28	-7,41	-7,41	41,42
Natal	140,72	2,13	3,53	3,53	43,54
Porto Alegre	186,23	-3,01	-2,65	-2,65	57,62
Recife	132,14	-1,89	-5,82	-5,82	40,88
Rio de Janeiro	171,39	-4,30	-3,76	-3,76	53,02
Salvador	134,81	-4,04	-1,02	-1,02	41,71
São Paulo	182,05	-1,75	-0,75	-0,75	56,32
Vitória	158,17	-3,46	-4,49	-4,49	48,93

Fonte: DIEESE
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Agricultura
Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA[1]	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi[4]	119.712	134.309	12,2	24.914	25.337	1,7
Algodão herbáceo	819.977	811.163	-1,1	3.184	3.346	5,1
Alho	7.432	7.398	-0,5	6.939	7.887	13,7
Amendoim	7.042	7.699	9,3	1.150	1.076	-6,5
Arroz total	92.683	19.605	-78,8	2.376	1.120	-52,9
Arroz sequeiro	74.832	17.324	-76,8	2.156	1.022	-52,6
Arroz irrigado	17.851	2.281	-87,2	4.161	4.073	-2,1
Batata-inglesa	177.150	165.650	-6,5	31.578	33.465	6,0
Cana-de-açúcar	5.636.887	6.141.719	9,0	58.761	60.077	2,2
Cebola	121.631	153.009	25,8	20.428	24.779	21,3
Feijão total	460.505	333.209	-27,6	670	541	-19,3
Feijão 1ª safra	122.830	72.788	-40,7	482	371	-23,0
Sequeiro	61.912	39.050	-36,9	434	426	-1,8
Irrigado	5.520	5.667	2,7	2.667	3.304	23,9
Caupi	55.398	28.071	-49,3	503	273	-45,7
Feijão 2ª safra	337.675	260.421	-22,9	781	620	-20,6
Sequeiro	302.735	227.456	-24,9	749	589	-21,3
Irrigado	23.947	19.668	-17,9	2.241	2.271	1,3
Caupi	10.993	13.297	21,0	629	526	-16,4
Fumo	11.021	12.512	13,5	923	1.006	9,0
Mamona	135.394	71.473	-47,2	734	686	-6,6
Mandioca	4.512.817	4.403.414	-2,4	12.840	12.738	-0,8
Milho total	1.614.899	1.107.016	-31,4	2.067	1.551	-25,0
Milho 1ª safra	1.206.621	685.359	-43,2	3.020	2.093	-30,7
Sequeiro	1.155.660	634.879	-45,1	2.966	1.982	-33,2
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª safra	408.278	421.657	3,3	1.070	1.091	2,0
Sequeiro	406.946	420.712	3,4	1.068	1.090	2,1
Irrigado	1.332	945	-29,1	3.149	2.899	-7,9
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,1	2.760	2.282	-17,0
Sorgo granífero	104.196	72.487	-30,4	1.798	1.463	-18,6
Tomate	204.599	196.626	-3,9	38.927	39.380	1,2
Trigo	1.915	nd	nd	5.583	nd	nd
Lavouras permanentes						
Banana[5]	865.221	1.191.907	37,8	13.880	14.912	7,4
Cacau	142.240	135.925	-4,4	255	261	2,2
Café	140.339	174.792	24,5	962	1.097	14,1
Castanha-de-cajú	5.964	6.553	9,9	289	245	-15,1
Coco-da-baía[4]	723.600	616.374	-14,8	8.873	7.636	-13,9
Guaraná	1.293	1.405	8,7	209	226	8,3
Laranja[5]	800.852	945.848	18,1	15.877	18.188	14,6
Mamão[5]	679.083	760.616	12,0	50.429	55.870	10,8
Pimenta-do-reino	3.224	3.615	12,1	2.457	2.426	-1,3
Sisal	195.680	234.488	19,8	887	889	0,2
Uva	86.338	89.738	3,9	25.230	28.948	14,7

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra
[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005/ 2006

Produtos do LSPA[1]	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)[4]	
	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.805	6.811	41,7	4.805	5.301	10,3	0	1.510
Algodão herbáceo	257.567	242.461	-5,9	257.567	242.461	-5,9	0	0
Alho	1.071	938	-12,4	1.071	938	-12,4	0	0
Amendoim	6.122	7.155	16,9	6.122	7.155	16,9	0	0
Arroz total	39.004	17.511	-55,1	39.004	17.511	-55,1	0	0
Arroz sequeiro	34.714	16.951	-51,2	34.714	16.951	-51,2	0	0
Arroz irrigado	4.290	560	-86,9	4.290	560	-86,9	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	102.888	6,8	95.929	102.230	6,6	390	658
Cebola	5.954	6.175	3,7	5.954	6.175	3,7	0	0
Feijão total	775.368	719.900	-7,2	687.440	616.417	-10,3	87.928	103.483
Feijão 1ª safra	342.929	289.091	-15,7	255.001	196.430	-23,0	87.928	92.661
Sequeiro	230.147	179.669	-21,9	142.717	91.760	-35,7	87.430	87.909
Irrigado	2.070	1.715	-17,1	2.070	1.715	-17,1	0	0
Caupi	110.712	107.707	-2,7	110.214	102.955	-6,6	498	4.752
Feijão 2ª safra	432.439	430.809	-0,4	432.439	419.987	-2,9	0	10.822
Sequeiro	404.273	396.851	-1,8	404.273	386.029	-4,5	0	10.822
Irrigado	10.687	8.660	-19,0	10.687	8.660	-19,0	0	0
Caupi	17.479	25.298	44,7	17.479	25.298	44,7	0	0
Fumo	11.939	12.437	4,2	11.939	12.437	4,2	0	0
Mamona	185.521	106.254	-42,7	184.346	104.115	-43,5	1.175	2.139
Mandioca	380.078	407.939	7,3	351.473	345.701	-1,6	28.605	62.238
Milho total	808.761	786.739	-2,7	781.121	713.864	-8,6	27.640	72.875
Milho 1ª safra	427.140	398.910	-6,6	399.500	327.433	-18,0	27.640	71.477
Sequeiro	417.295	391.770	-6,1	389.655	320.293	-17,8	27.640	71.477
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª safra	381.621	387.829	1,6	381.621	386.431	1,3	0	1.398
Sequeiro	381.198	387.503	1,7	381.198	386.105	1,3	0	1.398
Irrigado	423	326	-22,9	423	326	-22,9	0	0
Soja	870.000	872.600	0,3	870.000	872.600	0,3	0	0
Sorgo granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	5.038	-4,1	5.256	4.993	-5,0	0	45
Trigo	343	nd	nd	343	nd	nd	0	nd
Lavouras permanentes								
Banana	62.424	83.496	33,8	62.336	79.927	28,2	88	3.569
Cacau	556.727	553.476	-0,6	556.727	520.233	-6,6	0	33.243
Café	145.957	162.975	11,7	145.957	159.326	9,2	0	3.649
Castanha-de-cajú	20.779	27.194	30,9	20.660	26.725	29,4	119	469
Coco-da-baía	81.604	81.467	-0,2	81.547	80.724	-1,0	57	743
Guaraná	6.197	6.343	2,4	6.197	6.206	0,1	0	137
Laranja	50.593	52.057	2,9	50.441	52.003	3,1	152	54
Mamão	13.611	13.834	1,6	13.466	13.614	1,1	145	220
Pimenta-do-reino	1.312	1.515	15,5	1.312	1.490	13,6	0	25
Sisal	226.458	280.668	23,9	220.558	234.488	6,3	5.900	46.180
Uva	3.422	3.150	-7,9	3.422	3.100	-9,4	0	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra
[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Eqüivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia: Out/2006 %			
Classes e Gêneros	Mensal[1]	Acumulado no ano[2]	Acumulado 12 meses[3]
Indústria Geral	**2,3**	**4,0**	**4,2**
Extrativa Mineral	-1,6	-0,7	-0,3
Indústria de Transformação	2,5	4,2	4,5
Alimentos e Bebidas	9,5	-1,8	-0,2
Celulose, papel e produtos de papel	-0,4	24,6	32,5
Refino de petróleo e álcool	6,5	5,4	3,6
Produtos químicos	-1,2	-0,1	-0,3
Borracha e plástico	2,9	4,3	4,5
Minerais não metálicos	0,0	7,5	9,8
Metalurgia básica	3,3	11,2	11,4
Veículos automotores	-13,6	-6,0	-3,3

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Out/2005 – Out/2006 %			
Períodos	Mensal[1]	Acumulado no ano[2]	Acumulado 12 meses[3]
Outubro 2005	**1,9**	**4,3**	**6,8**
Novembro	1,1	4,0	4,6
Dezembro	10,6	4,5	4,5
Janeiro	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	7,6	7,1	4,7
Março	6,6	6,9	5,3
Abril	5,3	6,5	5,2
Maio	7,2	6,7	5,8
Junho	1,4	5,7	6,1
Julho	-1,3	5,1	5,5
Agosto	1,3	4,6	4,6
Setembro	3,3	4,4	4,5
Outubro 2006	**2,5**	**4,2**	**4,5**

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI
[1] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Nov/2006 %				
Classes	No mês[3]	Mensal[4]	Acumulado no ano[5]	Acumulado 12 meses[6]
Rural/Irrigação	-33,7	-37,2	-0,8	-1,5
Residencial	8,4	12,6	4,9	5,0
Industrial[1]	-2,2	-7,1	1,4	0,8
Comercial	8,1	2,5	0,6	0,8
Utilidades públicas[2]	1,5	8,6	6,7	6,4
Setor público	8,7	-6,8	0,4	1,1
Concessionária	-28,7	-35,3	-3,9	-3,2
Total	**1,2**	**-0,2**	**2,8**	**2,7**

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI
[1] Consumo industrial corresponde à COELBA
[2] Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo[1] - Bahia: Outubro/2006			
Classes e Gêneros	Mensal[2]	No ano[3]	12 meses[4]
Comércio Varejista	8,6	9,0	8,2
Combustíveis e Lubrificantes	1,0	-2,8	-5,4
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	13,3	13,3	11,5
Hipermercados e Supermercados	24,1	22,3	19,0
Tecidos, Vestuário e Calçados	-1,7	1,4	4,5
Móveis e Eletrodomésticos	15,5	20,1	20,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,3	3,3	5,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-37,7	-28,7	-21,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,8	27,4	36,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,4	11,3	12,0
Veículos, Motos e Peças	22,6	21,0	19,2
Material de construção	7,4	4,7	2,72

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados
Bahia: Novembro/2005 – Novembro/2006

%

Períodos	Quantidade			Valor (R$)		
	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]
Novembro 2005	**-1,5**	**-10,1**	**-6,0**	**0,6**	**0,0**	**1,5**
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro	12,0	-3,6	-8,5	12,8	5,6	-2,4
Novembro 2006	**-1,5**	**-9,1**	**-8,4**	**1,5**	**0,5**	**-1,6**

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Dez/2006 %

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	22,3	21,3	26,3
Desemprego aberto	14,2	13,4	17,4
Desemprego oculto	8,1	7,9	8,8
Participação (PEA/PIA)	60,9	62,0	56,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Dez/2006 %

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2005	**14,0**	**13,9**	**61,0**	**61,8**
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	**13,9**	**13,4**	**61,8**	**62,3**
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6
Novembro	14,3	13,5	61,1	62,3
Dezembro	14,2	13,4	60,9	62,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Dez/2006

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total[1]
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Participação (PEA/PIA)	Desemp. total (DES/PEA)	
Janeiro 2005	**1.693**	**129,0**	**1.273**	**121,7**	**420**	**157,7**	**1.083**	**118,3**	**61,0**	**24,8**	**3.287**
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	**1.762**	**134,3**	**1.344**	**128,5**	**418**	**157,0**	**1.089**	**119,0**	**61,8**	**23,7**	**3.356**
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380
Junho	1.730	131,9	1.320	126,2	410	154,0	1.153	126,0	60,0	23,7	3.386
Julho	1.739	132,5	1.323	126,5	416	156,2	1.150	125,6	60,2	23,9	3.391
Agosto	1.746	133,1	1.325	126,7	421	158,1	1.149	125,6	60,3	24,1	3.397
Setembro	1.756	133,8	1.343	128,4	413	155,1	1.146	125,2	60,5	23,5	3.403
Outubro	1.766	134,6	1.362	130,2	404	151,7	1.142	124,8	60,7	22,9	3.409
Novembro	1.781	135,7	1.378	131,7	403	151,4	1.134	123,9	61,1	22,6	3.415
Dezembro	1.779	135,6	1.382	132,1	397	149,1	1.143	124,8	60,9	22,3	3.421
Variação mensal											
Dez-06/Nov-06	**-0,1**		**0,3**		**-1,5**		**0,8**		**-0,3**	**-1,3**	
Variação anual											
Dez-06/Dez-05	**1,2**		**2,4**		**-2,7**		**5,2**		**-1,5**	**-3,9**	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
[2] Base: Dezembro 1996 = 10
A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Dez/2006 %

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção[1]	Serviços pessoais[2]	Serviços domesticos	Outros
Janeiro 2005	**8,6**	**4,9**	**16,3**	**32,3**	**26,4**	**10,0**	**1,5**
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	**9,4**	**5,0**	**16,3**	**31,4**	**26,8**	**9,3**	**1,8**
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1
Novembro	9,2	5,0	16,2	32,6	27,1	8,7	1,2
Dezembro	8,8	5,4	16,5	32,3	27,3	8,7	1,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Adminstração pública, Forças Armardas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza
[2] Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 -Dez/2006

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros[1]
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. s/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. p/ empresa			
Janeiro 2005	**60,3**	**35,7**	**11,5**	**13,1**	**23,4**	**19,2**	**4,2**	**4,2**	**10,0**	**2,1**
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	**61,8**	**37,5**	**11,8**	**12,4**	**23,2**	**19,4**	**3,9**	**3,6**	**9,2**	**2,1**
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1
Novembro	63,4	38,5	11,1	13,8	22,1	19,1	3,0	3,6	8,7	2,2
Dezembro	63,1	38,0	10,8	14,2	22,4	19,1	3,3	3,7	8,7	2,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006 **R$**

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados[2]			Assalariados[3]		
	Valor absoluto[3]		Índice	Valor absoluto		Índice
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2005	**748**	**403**	**79,7**	**862**	**497**	**80,0**
Fevereiro	776	425	82,6	883	516	81,9
Março	805	424	85,7	913	519	84,8
Abril	775	410	82,5	884	488	82,1
Maio	762	400	81,2	869	480	80,7
Junho	744	408	79,3	856	484	79,5
Julho 2005	753	425	80,2	872	511	81,0
Agosto	762	425	81,1	883	532	81,9
Setembro	761	425	81,0	882	527	81,8
Outubro	759	422	80,8	866	521	80,4
Novembro	748	417	79,7	863	520	80,1
Dezembro	746	418	79,4	846	517	78,5
Janeiro 2006	**761**	**416**	**81,0**	**864**	**516**	**80,2**
Fevereiro	768	413	81,8	868	513	80,6
Março	758	410	80,7	875	511	81,3
Abril	755	409	80,4	872	509	80,9
Maio	744	407	79,2	856	506	79,5
Junho	752	414	80,1	860	506	79,9
Julho	755	426	80,4	860	504	79,8
Agosto	769	452	81,9	870	524	80,8
Setembro	765	453	81,5	865	523	80,3
Outubro	761	451	81,0	871	526	80,8
Novembro	764	451	81,4	877	522	81,4
Variação mensal						
Nov-06/Out-06	**0,4**	**-0,1**	**0,4**	**0,7**	**-0,7**	**0,7**
Variação anual						
Nov-06/Nov-05	**2,1**	**8,2**	**2,1**	**1,6**	**0,4**	**1,6**

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[2] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês
[3] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de novembro - 2006
[4] Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1] Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2005	**257**	**369**	**446**	**804**	**2.315**
Fevereiro	275	376	472	817	2.293
Março	292	375	475	825	2.362
Abril	293	367	477	789	2.320
Maio	287	373	471	776	2.353
Junho	268	381	454	764	2.336
Julho	278	386	457	788	2.314
Agosto	298	393	456	802	2.276
Setembro	294	381	453	803	2.215
Outubro	268	372	455	808	2.229
Novembro	253	355	460	791	2.211
Dezembro	279	367	490	792	2.228
Janeiro 2006	**293**	**380**	**511**	**786**	**2.228**
Fevereiro	280	382	506	800	2.238
Março	258	376	488	787	2.253
Abril	244	378	467	772	2.271
Maio	243	396	450	745	2.179
Junho	261	394	448	743	2.166
Julho	268	403	460	752	2.158
Agosto	283	405	479	772	2.206
Setembro	292	408	501	773	2.142
Outubro	303	401	487	781	2.086
Novembro	307	403	490	785	2.095

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
[1] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de novembro - 2006.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006 R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2005	**731**	**990**	**550**	**737**	**823**	**424**
Fevereiro	743	989	552	749	831	431
Março	774	1.126	586	746	863	456
Abril	747	1.068	566	714	835	454
Maio	735	1.033	572	708	825	455
Junho	705	912	570	697	790	435
Julho	709	930	601	692	794	434
Agosto	716	981	581	694	795	440
Setembro	723	1.069	576	687	805	447
Outubro	720	1.057	553	686	803	437
Novembro	724	1.056	592	682	808	435
Dezembro	711	1.013	593	680	798	420
Janeiro 2006	**727**	**1.014**	**599**	**715**	**811**	**440**
Fevereiro	732	1.064	577	704	821	427
Março	729	1.060	533	704	816	430
Abril	712	1.035	537	674	795	433
Maio	695	933	530	690	770	440
Junho	712	934	566	710	788	441
Julho	714	955	564	711	792	424
Agosto	721	973	588	709	797	442
Setembro	715	975	605	689	788	447
Outubro	715	952	632	678	788	460
Novembro	728	1.001	612	689	806	452

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de novembro - 2006
Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006 R$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados[2]					Assalariados[3]				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	**131**	**283**	**403**	**775**	**1.647**	**283**	**329**	**497**	**923**	**1.768**
Fevereiro	142	283	425	868	1.647	283	329	516	978	1.847
Março	162	282	424	866	1.743	281	327	519	977	1.962
Abril	140	281	410	822	1.630	280	324	488	968	1.901
Maio	129	279	400	770	1.623	279	323	480	865	1.919
Junho	129	280	408	754	1.615	280	319	484	861	1.808
Julho	128	318	425	809	1.599	318	319	511	946	1.902
Agosto	128	319	425	851	1.649	319	340	532	957	1.860
Setembro	127	317	425	845	1.690	317	351	527	958	1.901
Outubro	157	313	422	825	1.594	313	340	521	950	1.806
Novembro	156	312	417	783	1.583	312	334	520	935	1.831
Dezembro	155	310	418	822	1.567	310	332	517	920	1.671
Janeiro 2006	**155**	**308**	**416**	**821**	**1.643**	**308**	**343**	**516**	**930**	**1.832**
Fevereiro	154	307	413	819	1.643	307	349	513	923	1.842
Março	153	305	410	814	1.540	305	346	511	921	1.832
Abril	152	305	409	810	1.604	305	355	509	916	1.823
Maio	151	305	407	806	1.526	305	355	506	911	1.813
Junho	151	352	414	804	1.594	352	354	506	911	1.809
Julho	150	352	426	803	1.607	352	357	504	904	1.784
Agosto	151	351	452	805	1.612	351	366	524	907	1.713
Setembro	151	352	453	806	1.611	352	373	523	906	1.713
Outubro	150	351	451	806	1.605	351	381	526	956	1.806
Novembro	150	350	451	803	1.607	350	380	522	953	1.906

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
[1] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de novembro - 2006.
[2] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
[3] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2005 – Nov/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total[1]	Ind. tranformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	**63.952**	**10.810**	**9.507**	**15.552**	**28.003**
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	**31.904**	**8.005**	**-329**	**14.257**	**9.971**
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Novembro	141	-118	-1.075	3.180	2.382
Dez/05 – Nov/06	**26.113**	**7.079**	**-1.661**	**15.122**	**8.505**

Fonte: MTE - Cadastro de empregados e desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do estabelecimento
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 – Nov/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total[1]	Ind. tranformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	**36.057**	**3.555**	**6.414**	**5.322**	**21.610**
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	**16.462**	**3.692**	**1.491**	**5.715**	**5.379**
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Novembro	3.962	241	97	1.448	2.154
Dez/05 – Nov/06	**15.622**	**3.433**	**1.067**	**6.036**	**4.912**

Fonte: MTE - Cadastro de empregados e desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do estabelecimento
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan – Out/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Set-Out / 2006 (c)	% c/b	Até o bim. (d)	% d/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	**815.788.483**	**815.788.483**	**136.716.775**	**16,76**	**649.512.095**	**79,62**	**166.276.388**
Receitas Correntes	**575.218.298**	**575.218.298**	**99.122.655**	**17,23**	**476.612.445**	**82,86**	**98.605.853**
Receita Tributária	173.600.935	173.600.935	26.474.217	15,25	137.946.947	79,46	35.653.988
Receita de Contribuições	330.288.651	330.288.651	55.790.783	16,89	258.030.196	78,12	72.258.455
Receita Patrimonial	35.056.708	35.056.708	5.688.463	16,23	34.557.540	98,58	499.168
Receita Agropecuária	20.857	20.857	5.283	25,33	23.370	112,05	(2.513)
Receita Industrial	512.252	512.252	72.595	14,17	281.081	54,87	231.171
Receita de Serviços	23.927.124	23.927.124	4.427.964	18,51	22.538.833	94,20	1.388.291
Transferências Correntes	330.769	330.769	26.445	8,00	140.863	42,59	189.906
Outras Receitas Correntes	11.481.002	11.481.002	6.636.905	57,81	23.093.615	201,15	(11.612.613)
Receitas de Capital	**240.570.185**	**240.570.185**	**37.594.120**	**15,63**	**172.899.650**	**71,87**	**67.670.535**
Operações de Crédito	168.700.936	168.700.936	28.591.726	16,95	125.255.172	74,25	43.445.764
Alienação de Bens	5.472.520	5.472.520	147.306	2,69	4.227.880	77,26	1.244.640
Amortizações de Emprés-timos	22.645.063	22.645.063	3.644.314	16,09	20.129.980	88,89	2.515.083
Transferências de Capital	85.803	85.803	502.146	585,23	527.702	615,02	(441.899)
Outras Receitas de Capital	43.665.863	43.665.863	4.708.628	10,78	22.758.916	52,12	20.906.947

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan – Out/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Set-Out / 2006 (c)	% c/b	Até o bim. (d)	% d/b	
Receitas (Intra-Orça-mentárias) (II)	**7.443.330**	**7.443.330**	**1.293.495**	**17,38**	**5.339.767**	**71,74**	**2.103.563**
Receitas Correntes	**7.443.330**	**7.443.330**	**1.293.495**	**17,38**	**5.339.767**	**71,74**	**2.103.563**
Receita Tributária	-	-	(5)	-	153	-	(153)
Receita de Contribuições	7.443.330	7.443.330	1.269.173	17,05	5.238.246	70,38	2.205.084
Receita Patrimonial	-	-	138	-	1.852	-	(1.852)
Receita Industrial	-	-	18.680	-	83.149	-	(83.149)
Receita de Serviços	-	-	5.468	-	16.228	-	(16.228)
Outras Receitas Cor-rentes	-	-	41	-	139	-	(139)
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	**823.231.813**	**823.231.813**	**138.010.270**	**16,76**	**654.851.862**	**79,55**	**168.379.951**
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	**837.540.472**	**837.540.472**	**78.673.682**	**9,39**	**318.634.587**	**38,04**	**518.905.885**
Operações de Crédito Internas	837.540.472	837.540.472	76.415.286	9,12	312.049.232	37,26	525.491.240
Operações de Crédito Externas	-	-	2.258.396	-	6.585.355	-	(6.585.355)
Subtotal com Refi-nanciamento (V) = (III+IV)	**1.660.772.285**	**1.660.772.285**	**216.683.951**	**13,05**	**973.486.449**	**58,62**	**687.285.836**
Déficit (VI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (VII)=(V+VI)	**1.660.772.285**	**1.660.772.285**	**216.683.951**	**13,05**	**973.486.449**	**58,62**	**687.285.836**
Saldo de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**90.943.867**	**-**	**-**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan – Out/2006

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a liquidar (c-g)
				Set-out / 2006 (d)	Até o bim. (e)	Set-out / 2006 (f)	Até o bim (g)	% (g/c)	
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	**816.760.434**	**55.663.830**	**872.424.264**	**60.512.383**	**760.152.275**	**118.030.567**	**623.294.144**	**71,4**	**249.130.120**
Despesas Correntes	**649.945.759**	**6.452.579**	**656.398.338**	**57.012.352**	**590.619.107**	**103.901.505**	**489.827.250**	**74,6**	**166.571.088**
Pessoal e Encargos Sociais	104.141.491	130.146	104.271.637	7.037.590	94.117.904	17.049.443	83.042.522	79,6	21.229.115
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	14.270	179.539.504	196.096	177.179.641	23.513.895	126.473.133	70,4	53.066.371
Outras Despesas Correntes	366.279.034	6.308.163	372.587.197	49.778.666	319.321.562	63.338.167	280.311.595	75,2	92.275.602
Transf. a Estados, DF e Munícipios	122.093.579	1.010.468	123.104.047	4.935.200	118.646.579	18.120.685	92.493.881	75,1	30.610.166
Benefícios Previdenciários	154.985.232	-	154.985.232	31.789.302	129.417.614	31.789.963	129.415.168	83,5	25.570.064
Demais Despesas Correntes	89.200.223	5.297.695	94.497.918	13.054.164	71.257.369	13.427.519	58.402.546	61,8	36.095.372
Despesas de Capital	**143.968.153**	**51.068.853**	**195.037.006**	**3.500.031**	**169.533.168**	**14.129.062**	**133.466.894**	**68,4**	**61.570.112**
Investimentos	21.238.069	4.267.280	25.505.349	1.897.909	12.587.904	1.738.038	3.560.858	14,0	21.944.491
Inversões Financeiras	30.237.035	677.313	30.914.348	1.024.260	22.644.092	3.512.026	14.869.275	48,1	16.045.073
Amortização da Dívida	92.493.049	46.124.260	138.617.309	577.862	134.301.172	8.878.998	115.036.761	83,0	23.580.548
Reserva de Contingência	**22.846.522**	**(1.857.602)**	**20.988.920**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20.988.920**
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	**9.423.140**	**(3.266)**	**9.419.874**	**694.261**	**7.812.929**	**1.558.150**	**6.548.630**	**69,5**	**2.871.244**
Despesas Correntes	**8.899.757**	**(3.266)**	**8.896.491**	**616.176**	**7.314.640**	**1.423.407**	**6.105.934**	**68,6**	**2.790.557**
Pessoal e Encargos Sociais	8.513.625	(3.266)	8.510.359	560.443	6.973.238	1.357.662	5.846.060	68,7	2.664.299
Outras Despesas Correntes	386.132	0	386.132	55.733	341.402	65.745	259.874	67,3	126.258
Despesas de Capital	**523.383**	**0**	**523.383**	**78.085**	**498.289**	**134.743**	**442.696**	**84,6**	**80.687**
Investimentos	2.820	0	2.820	79	2.443	1.222	1.735	61,5	1.085
Inversões Financeiras	520.563	0	520.563	78.006	495.846	133.521	440.961	84,7	79.602
Subtotal das Despesas (X)=(VIII+IX)	**826.183.574**	**55.660.564**	**881.844.138**	**61.206.644**	**767.965.204**	**119.588.717**	**629.842.774**	**71,4**	**252.001.364**
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	**834.588.711**	**0**	**834.588.711**	**-**	**819.420.606**	**69.612.586**	**313.128.881**	**37,5**	**521.459.830**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	0	811.716.388	69.570.053	309.006.271	37,4	517.878.222
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	0	7.704.218	42.533	4.122.610	53,5	3.581.608
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X+XI)	**1.660.772.285**	**55.660.564**	**1.716.432.849**	**61.206.644**	**1.587.385.810**	**189.201.303**	**942.971.655**	**54,9**	**773.461.194**
Superávit (XIII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.514.794**	**-**	**-**
Total XIV= (XII+XIII)	**1.660.772.285**	**55.660.564**	**1.716.432.849**	**61.206.644**	**1.587.385.810**	**189.201.303**	**973.486.449**	**-**	**773.461.194**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Out/2006

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set/Out	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	**15.484.891**	**15.904.532**	**2.718.798**	**17,09**	**12.336.644**	**77,57**	**3.567.888**
Receita Tributária	8.800.006	8.836.479	1.714.838	19,41	7.103.372	80,39	1.733.107
Impostos	8.550.199	8.586.672	1.673.231	19,49	6.887.172	80,21	1.699.501
Taxas	249.807	249.807	41.607	16,66	216.200	86,55	33.606
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	286.254	17,85	1.385.244	86,36	218.752
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	286.254	17,85	1.385.244	86,36	218.752
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	131.115	32.388	24,70	150.998	115,17	(19.884)
Receitas Imobiliárias	7.986	9.141	1.409	15,42	8.266	90,43	875
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	115.773	27.867	24,07	137.498	118,77	(21.726)
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	2.536	45,69	3.998	72,04	1.552
Outras Receitas Patrimoniais	93	651	576	88,53	1.236	189,86	(585)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	4	0,24	12	0,73	1.623
Receita da Produção Vegetal	150	150	3	2,00	3	2,00	147
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	1	0,08	9	0,71	1.196
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	0,16	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	92.093	11.261	12,23	51.685	56,12	40.407
Receita de Serviços	79.558	92.093	11.261	12,23	51.685	56,12	40.407
Transferências Correntes	5.497.055	5.530.063	761.924	13,78	4.082.418	73,82	1.447.645
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.340.995	745.898	13,97	4.017.711	75,22	1.323.283
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.315	58	4,41	461	35,03	854
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	187.753	15.968	8,50	64.246	34,22	123.507
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	1.126.114	161.094	14,31	669.313	59,44	456.801
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	21.340	16,57	94.361	73,26	34.437
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	825	2,87	22.101	76,87	6.651
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	44.500	606,35	49.793	678,47	(42.454)
Receitas Diversas	625.697	961.226	94.429	9,82	503.058	52,34	458.168
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(248.965)	17,57	(1.106.397)	78,08	(310.665)
Receitas de Capital	**941.058**	**946.033**	**64.871**	**6,86**	**330.832**	**34,97**	**615.201**
Operações de Crédito	698.573	698.573	48.831	6,99	275.862	39,49	422.711
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	11.024	2,88	78.681	20,52	304.721
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	37.807	12,00	197.181	62,56	117.990
Alienação de Bens	37.727	41.268	1.216	2,95	10.659	25,83	30.609
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.242	72	0,22	2.627	7,90	30.615
Alienação de Bens Imóveis	4.557	8.026	1.144	14,25	8.032	100,07	(6)
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	431	8,39	2.044	39,83	3.088
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	5.132	431	8,39	2.044	39,83	3.087
Transferências de Capital	196.387	197.821	14.393	7,28	42.268	21,37	155.553
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	1.357	10,68	1.602	12,60	11.114
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	2.427	-	-	173	7,12	2.254
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	182.607	13.036	7,14	40.493	22,17	142.114
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	**16.425.949**	**16.850.566**	**2.783.669**	**16,52**	**12.667.476**	**75,18**	**4.183.089**
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	**16.425.949**	**16.850.566**	**2.783.669**	**16,52**	**12.667.476**	**75,18**	**4.183.089**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (V)= (III+IV)	**16.425.949**	**16.850.566**	**2.783.669**	**16,52**	**12.667.476**	**75,18**	**4.183.089**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**329.123**	**-**	**-**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan – Out/2006 **R$1000**

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set/Out	No exercício	Bim. Set/Out	No exercício	
Despesas Correntes	**13.650.484**	**137.076**	**13.787.560**	**2.263.867**	**10.589.481**	**2.245.728**	**10.439.668**	**3.347.892**
Pessoal e Encargos	6.991.340	58.915	7.050.255	1.138.967	5.617.242	1.126.933	5.600.359	1.449.896
Juros e Encargos da Dívida	805.880	(100.062)	705.818	98.764	463.701	98.764	463.701	242.117
Outras Despesas Correntes	5.853.264	178.223	6.031.487	1.026.135	4.508.538	1.020.031	4.375.608	1.655.879
Despesas de Capital	**2.743.965**	**304.648**	**3.048.613**	**397.507**	**1.722.451**	**373.866**	**1.665.262**	**1.383.351**
Investimentos	1.611.710	76.030	1.687.741	182.323	752.533	158.683	695.345	992.395
Inversões Financeiras	135.869	(6.693)	129.176	16.007	61.073	16.006	61.072	68.104
Amortização da Dívida	996.385	235.311	1.231.697	199.177	908.845	199.177	908.845	322.852
Reserva de Contingência	**31.500**	**(17.108)**	**14.392**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.392**
Subtotal das Despesas (VIII)	**16.425.949**	**424.616**	**16.850.566**	**2.661.374**	**12.311.932**	**2.619.595**	**12.104.931**	**4.745.635**
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	**16.425.949**	**424.616**	**16.850.566**	**2.661.374**	**12.311.932**	**2.619.595**	**12.104.931**	**4.745.635**
Superávit (XI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**562.545**	**-**
Total (XII)=X+XI	**16.425.949**	**424.616**	**16.850.566**	**2.661.374**	**12.311.932**	**2.619.595**	**12.667.476**	**4.745.635**

Fonte:SEFAZ/SIC OF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 – Out/2006						R$ 1.000
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maio	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439	597.869	65.828	82.583	682.267	680.452
Julho	514.707	606.423	85.607	91.280	600.314	697.703
Agosto	490.534	637.657	82.891	95.985	573.425	733.642
Setembro	625.826	785.574	77.998	76.935	703.824	862.509
Outubro	634.026	770.089	52.120	82.240	686.146	852.329
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	**6.877.127**		**772.828**		**7.649.955**	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2005 – Out/2006						R$ 1.000
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	660.533	631.342	31.318	53.994	691.851	685.336
Fevereiro	543.549	615.001	65.180	80.019	608.729	695.019
Março	498.744	583.175	49.971	59.625	548.716	642.799
Abril	536.377	617.933	69.203	61.208	605.579	679.141
Maio	614.920	564.616	67.684	89.479	682.604	654.095
Junho	632.635	607.636	67.558	83.932	700.192	691.569
Julho	530.370	615.283	88.212	92.614	618.582	707.897
Agosto	509.465	644.336	86.090	96.990	595.555	741.326
Setembro	650.838	791.909	81.115	77.555	731.953	869.464
Outubro	655.213	770.089	53.862	82.240	709.075	852.329
Novembro	637.541		50.960		688.501	
Dezembro	617.495		85.217		702.711	
Total	**7.087.681**		**796.369**		**7.884.050**	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI
[1] Valores atualizados a preços de Outubro/06 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 – Out/2006												R$ 1.000
Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2005												
Janeiro	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
2006												
Janeiro	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	103.014	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	106.864	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	110.714	3.850	44.224	246.294	2.114.176
Setembro	199.305	1.974.367	14.894	104.247	-	70.243	15.374	114.564	3.850	48.074	233.422	2.347.599
Outubro	180.610	2.154.977	12.577	116.824	25.140	95.384	13.911	118.415	3.850	51.925	236.089	2.583.687

Fonte: MINFAZ/STN
Elaboração:SEI
Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Out/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Set-Out/ 2006 (b)	% b/a	Jan-Out/ 2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	**2.153.816**	**2.158.191**	**317.021**	**14,7**	**1.484.417**	**68,8**	**673.774**
Receita Tributária	572.188	572.188	94.166	16,5	505.160	88,3	67.028
Impostos	482.454	482.454	83.747	17,4	430.801	89,3	51.653
Taxas	89.734	89.734	10.052	11,2	72.539	80,8	17.195
Outras Receitas Tributárias	-	-	367	-	1.820	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	11.918	14,4	58.401	70,5	24.392
Contribuições Sociais	37.254	37.254	4.811	12,9	22.006	59,1	15.248
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.107	15,6	36.395	79,9	9.144
Receita Patrimonial	49.043	49.043	5.359	10,9	26.512	54,1	22.531
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	196	14,2	876	63,4	506
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	2.399	23,4	14.395	140,4	(4.144)
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	2.682	10,7	11.080	44,4	13.897
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	82	0,7	161	1,3	12.272
Receita Industrial	3.900	3.900	462	11,8	462	-	3.438
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	462	11,8	462	-	3.438
Receita de Serviços	29.303	31.592	2.457	7,8	5.599	17,7	25.993
Receita de Serviços	29.303	31.592	2.457	7,8	5.599	17,7	25.993
Transferências Correntes	1.190.445	1.192.531	187.112	15,7	813.019	68,2	379.512
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	184.704	16,1	798.256	69,8	345.929
Transf. de Instituições Privadas	8	8		-	170	2.125,0	(162)
Transferências de Convênios	46.252	48.338	2.408	5,0	14.590	30,2	33.748
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	15.547	6,9	75.264	33,3	150.880
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	9.486	12,4	36.697	48,1	39.662
Indenizações e Restituições	-	-	981	-	4.329	-	(4.329)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	5.154	3,7	28.992	21,1	108.492
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	(74)	(0,6)	5.246	42,6	7.055
Receitas de Capital	**66.317**	**66.367**	**2.943**	**4,4**	**21.954**	**33,1**	**44.413**
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	36	23,8	39	25,8	112
Alienação de Bens Móveis	151	151	36	23,8	39	25,8	112
Transferências de Capital	54.438	54.488	2.907	5,3	21.915	40,2	32.573
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências de Convênios	50.418	50.468	2.907	5,8	21.915	43,4	28.553
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-		100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(12.838)	16,5	(56.876)	73,0	(21.007)
Subtotal das Receitas (I)	**2.142.250**	**2.146.675**	**307.126**	**14,3**	**1.449.495**	**67,5**	**697.180**
Déficit (II)	**-**	**-**	**21.036**	**-**	**18.265**	**-**	**-**
Total (III)= (I+II)	**2.142.250**	**2.146.675**	**328.162**	**15,3**	**1.467.760**	**68,4**	**697.180**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG
Nota: Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan – Out/2006 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Set-Out/ 2006 (d)	Jan-Out/ 2006 (e)	Set-Out/ 2006 (f)	Jan-Out/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	**1.879.810**	**63.900**	**1.943.710**	**288.524**	**1.590.776**	**306.060**	**1.359.397**	**69,9**	**584.313**
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	1.329	601.896	64.251	537.919	96.168	464.853	77,2	137.043
Juros e Encargos da Dívida	80.095	(6.129)	73.966	14.513	67.887	12.065	57.555	77,8	16.411
Outras Despesas Correntes	1.199.148	68.700	1.267.848	209.760	984.970	197.827	836.989	66,0	430.859
Despesas de Capital	**259.921**	**(55.608)**	**204.313**	**21.449**	**133.340**	**22.102**	**108.363**	**53,0**	**95.950**
Investimentos	180.947	(61.752)	119.195	13.926	53.241	8.134	42.118	35,3	77.077
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	579	3.258	53	2.371	59,0	1.647
Amortização da Dívida	74.956	6.144	81.100	6.944	76.841	13.915	63.874	78,8	17.226
Reserva de Contingência	**2.519**	**-**	**2.519**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.519**
Subtotal das Despesas (I)	**2.142.250**	**8.292**	**2.150.542**	**309.973**	**1.724.116**	**328.162**	**1.467.760**	**68,3**	**682.782**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**2.142.250**	**8.292**	**2.150.542**	**309.973**	**1.724.116**	**328.162**	**1.467.760**	**68,3**	**682.782**
Superávit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			**-**	**-**
Total (V) = (III+IV)	**2.142.250**	**8.292**	**2.150.542**	**309.973**	**1.724.116**	**328.162**	**1.467.760**	**68,3**	**1.009.767**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Secretaria do Planejamento